



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB  
INSTITUTO DE LETRAS-IL  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO-LET  
CURSO DE LETRAS-TRADUÇÃO**

**A ABORDAGEM FUNCIONALISTA DE CHRISTIANE NORD E A VISIBILIDADE  
DO TRADUTOR EM TEXTO INJUNTIVO: O GUIA DE DIREITO  
INTERNACIONAL**

MARIA APARECIDA ALVES DE ALCANTARA

**BRASÍLIA, DF**

**2021**

MARIA APARECIDA ALVES DE ALCANTARA

**A ABORDAGEM FUNCIONALISTA DE CHRISTIANE NORD E A VISIBILIDADE  
DO TRADUTOR EM TEXTO INJUNTIVO: O GUIA DE DIREITO  
INTERNACIONAL**

Trabalho Final do Curso de Tradução-  
Inglês apresentado como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Letras Tradução –  
Inglês, sob a orientação da Profa. Dra.  
Alessandra Ramos de Oliveira  
Harden, da Universidade de Brasília.

**BRASÍLIA, DF**

**2021**

MARIA APARECIDA ALVES DE ALCANTARA

Trabalho Final do Curso de Tradução-  
Inglês apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharel em Letras-  
Tradução-Inglês, sob orientação da Profa.  
Dra. Alessandra Ramos de Oliveira  
Harden, da Universidade de Brasília (UnB).

Aprovada em \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

---

Profa. Dra. Alessandra Ramos de Oliveira Harden  
Universidade de Brasília  
Orientadora

---

Profa. Ma. Fernanda de Deus Garcia  
Universidade de Brasília  
Avaliadora

---

Profa. Dra. Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes  
Universidade de Brasília  
Avaliadora

**BRASÍLIA, DF**

**2021**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que sempre está comigo e me ajuda quando mais preciso com a sua paz e seu amor infinito. Obrigada, meu Deus.

Segundo, agradeço a minha avó Maria Lúcia e meu avô Antônio, chamados também de mãe e pai, por me darem apoio e acreditarem em mim nessa longa caminhada na universidade. Agradeço também a minha mãe Adriana por sempre me perguntar como foi o meu dia e oferecer conforto e carinho após um dia estressante. Obrigada, família!

Não poderia deixar de agradecer a minha amiga Júlia por sempre me ajudar e dar bons conselhos. Obrigada, Júlia!

Agradeço a minha orientadora e Profa. Dra. Alessandra Ramos de Oliveira Harden por ter me auxiliado nesse processo de trabalho de conclusão de curso. Obrigada, professora!

Agradeço a Profa. Ma. Fernanda de Deus Gracia e a Profa. Dra. Flávia Cristina Cruz Lamberti Arraes por terem aceitado o convite de fazer parte da banca. Obrigada, professoras!

Agradeço a monitora Marina Perin Mahmoud por ter se disponibilizado para responder as perguntas em relação à tradução. Grata!

Por último, mas não menos importante, agradeço a mim por não ter desistido em meio a tantas adversidades. Gratidão!

*Os fins justificam os meios.*

*Maquiavel*

## RESUMO

O trabalho apresenta uma tradução funcionalista e busca responder sobre a visibilidade do tradutor em um texto injuntivo: *How to do research in international law? A basic guide for beginners* (LIEBLICH, 2021). A estudiosa Christiane Nord formula a análise textual em que serve como base para o estudo em seu livro *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática* (2016), bem como as afirmações de Lawrence Venuti em seu livro *The translator's invisibility* (1995). Sendo assim, busca-se responder à pergunta de pesquisa por meio do uso de notas de rodapé, tradução de metáforas e pressuposições. Logo, trata-se de um estudo que considera conceitos funcionalistas de Nord, e o tradutor como tomador de decisões. Como resultado, o trabalho mostra de forma empírica pontos de vista como as decisões na tradução ao levar em conta o público-alvo.

Palavras-chaves: funcionalismo, análise textual, Christiane Nord, visibilidade do tradutor, Lawrence Venuti, Estudos da Tradução

## ABSTRACT

The work presents a functionalist translation and seeks to answer about the translator's visibility in an injunctive text: *How to do research in international law? A basic guide for beginners* (LIEBLICH, 2021). The scholar Christiane Nord formulates the text analysis in translation that serves as the basis for the study in her book *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis* (2005), as well as the statements of Lawrence Venuti in his book *The translator's invisibility* (1995). Therefore, the study seeks to answer the research question through the use of footnotes, metaphors translation and presuppositions. Therefore, it is a study that considers Nord functionalist concepts, and the translator as a decision maker. As a result, the work shows empirically points of view as translator's decision when taking into account the audience.

Keywords: functionalism, text analysis, Christiane Nord, translator's visibility, Lawrence Venuti, Translation Studies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da primeira página do guia .....	17
Figura 2 - Estrutura da seção e subseção .....	18
Figura 3 - Estrutura da conclusão .....	19
Figura 4 – Interface do Smartcat com o texto .....	35
Figura 5 - Antconc .....	36



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Primeiro parágrafo traduzido do guia.....	15
Quadro 2 - Exemplos de metáforas traduzidas.....	29
Quadro 3 - Análise textual em tradução.....	36

## SIGLAS E ABREVIACÕES

TF – Texto-fonte

TA – Texto-alvo

CF – Cultura-fonte

CA – Cultura-alvo

ET – Estudos da Tradução

TRD – Tradutor, Tradução

PTP- Problemas de tradução pragmático

PTC – Problemas de tradução de convenção

PTL – Problemas de tradução de ordem linguística

PTE – Problemas de tradução específicos

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	12
Capítulo I - Apresentação.....	14
1.1 Autor.....	14
1.2 Apresentação do texto original .....	15
Capítulo II – Parte teórica .....	21
2.1 Teoria Funcionalista.....	21
2.2 Funcionalismo de Christiane Nord .....	22
2.5 Visibilidade do TRD no texto técnico guia .....	25
2.5.1 Metáforas .....	28
Fonte: autoria própria.....	30
2.5.2 Notas de rodapé.....	30
2.5.3 Pressuposições .....	30
2.5.4 O prazer da leitura .....	31
Capítulo III - Metodologia .....	33
3.1 Smartcat.....	34
3.2 Antconc.....	35
3.3 Projeto de tradução – Quadro funcionalista baseado no skopos.....	36
3.4 Justificativas das escolhas tradutórias .....	39
3.5 Revista de Direito Internacional .....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
Apêndice I - Perguntas sobre a tradução respondidas no formulário do <i>Google Forms</i> .....	56
Apêndice II - Tradução funcionalista do Guia HOW TO DO RESEARCH IN INTERNATIONAL LAW? A BASIC GUIDE FOR BEGINNERS de acordo com as normas editoriais da Revista de Direito Internacional do Centro Universitário de Brasília (por questões autorais, apresenta-se parte da tradução do artigo de Eliav Lieblich) .....	58

## INTRODUÇÃO

A pesquisa em direito internacional tem crescido nos últimos tempos, uma vez que é uma área do direito em desenvolvimento e constante mudança. Dos ramos jurídicos, foi o Direito Internacional que experimentou maior crescimento nos últimos anos e está em plena expansão, galgando um espaço importante nos debates acadêmicos, doutrinários e normativos (MENEZES, 2011). Logo, a necessidade de material de apoio à pesquisa na área fez com que a tradução do guia de como realizar pesquisa em direito internacional seja um elemento de auxílio nesse aspecto. Como ramo do Direito que busca regular, através de princípios e normas jurídicas, as questões de interesse global e as relações entre os membros da sociedade internacional (GONÇALVES, 2017), o direito internacional é, de fato, um mecanismo diplomático cada vez mais necessário nas relações exteriores, e o fornecimento do guia de como realizar pesquisa na área, não só para conhecer e publicar, mas também para tornar acessível para mais pessoas possíveis. Sendo assim, ele ganha cada vez mais visibilidade em razão da globalização, uma vez o direito internacional está presente no cotidiano por meio de seus tratados, por exemplos, internalizados no sistema jurídico brasileiro. A partir dessa percepção, é claro que sua importância, não só na esfera internacional, mas como no contexto interno brasileiro. Esta é uma tendência que se verifica para o direito de um modo geral, repercutindo diretamente no trabalho dos atores jurídicos na Advocacia, na Magistratura, no Ministério Público ou onde quer que atuem (MENEZES, 2011).

Desse modo, o objetivo do trabalho, além de disponibilizar um guia como material de apoio aos estudantes e interessados no campo de estudo do direito internacional, é traduzir, baseando-se na abordagem funcionalista de Christiane Nord, de análise textual, e refletir sobre a visibilidade do tradutor. Assim, discute-se: é possível ser um tradutor visível em uma tradução funcionalista de um texto técnico: o guia?

Aliás, a pergunta de pesquisa contribui para o entendimento e posicionamento do tradutor na tradução de um texto injuntivo. Dentre as várias possibilidades de comportamento, julga-se relevante estudar as suas escolhas, pois, como cidadão, ou seja, membro de uma sociedade x, seu mundo intelectual, cultural, social são influências, logo, julgamentos claros em cada tomada de decisão.

Acrescenta-se ainda que o projeto de tradução é fornecer uma tradução funcionalista, ou seja, para os estudantes brasileiros e/ou interessados na área de pesquisa do guia, levando em consideração o contexto de chegada, os possíveis destinatários e alvos brasileiros. Aliás, ressalta-se que, apesar de a língua inglesa ser a atual língua franca, apenas 10,3% dos jovens brasileiros, na faixa etária de 18 a 24 anos, sabem falar em inglês segundo o estudo Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil (BRITISH COUNCIL, 2014, p.7) . Por isso, a tradução pode atingir estudantes não falantes da língua-fonte do guia, democratizando o conhecimento e acesso a ele.

Ademais, o trabalho é composto por três capítulos, com subtópicos. O primeiro capítulo apresenta o autor e o texto original. O segundo capítulo discorre sobre a teoria funcionalista, em especial a de Christiane Nord, e a visibilidade do tradutor. O terceiro capítulo versa sobre a metodologia adotada.

Enfim, busca-se refletir sobre a abordagem e responder se o tradutor pode estar numa posição visível em uma tradução funcionalista do texto técnico em questão. Consequentemente, ao apresentar a tradução, o nível de alcance do conteúdo no Brasil é significativo, levando em consideração a quantidade de estudantes que realmente falam e não falam inglês. Logo, o público-alvo é diferente e, assim, as decisões no processo tradutório considerarão, não apenas essa diferença, mas também a sua função no novo sistema linguístico e contexto.

## Capítulo I - Apresentação

Neste primeiro capítulo, o objetivo é apresentar o autor, o texto original e suas características textuais, levando em consideração o seu contexto de produção. O autor até publicou um *tweet* na rede social *Twitter* a respeito de seu guia:

Trabalhei em um guia básico de pesquisa em direito internacional para estudantes. Escrevi para os meus alunos, mas acho que também pode ser útil para outros. Sinta-se à vontade para compartilhá-lo com seus alunos ou usá-lo você mesmo, se for um :) (twitter @eliavl, 2020, minha tradução)

A partir disso, a tradução do guia sobre a área de direito internacional de como fazer pesquisa em direito internacional é uma ferramenta de estudo que deve estar disponível para aqueles que se interessam, contribuindo assim, de forma sistemática, na globalização não só do direito internacional, mas da informação. Como afirma Meneses sobre a sociedade jurídica internacional e o fenômeno da *internacionalização*:

O fenômeno da *internacionalização* não é um modismo do Direito, e sim, decorrência de uma nova realidade global, consolidada a partir sociedade internacional contemporânea, que evolui para a maior institucionalização das relações entre os Estados e engloba uma dinâmica agenda internacional, na qual são incorporados novos temas, mecanismos e atores. Assim, a relação entre o *global* e o *local* torna-se mais fluída, propiciando a sistematização normativa no plano internacional (MENEZES, 2011).

### 1.1 Autor

Eliav Lieblich é professor sênior da Universidade de Tel Aviv na Faculdade de Direito em Israel. Ele ensina e realiza pesquisas em direito internacional público, com foco nas leis sobre o uso da força, teoria da guerra justa, direito internacional humanitário, história e teoria do direito internacional.

Ele é autor de dois livros: *Transnational Asymmetric Armed Conflict under International Humanitarian Law: Key Contemporary Challenges* (em conjunto com Owen Alterman) e *International Law and Civil Wars: Intervention and Consent* (Routledge, 2013). Além disso, já publicou diversos artigos sobre temas de seu interesse, e capítulos em livros. O seu artigo de 2020, de título *How to do research in*

*international law? A basic guide for beginners*<sup>1</sup> é o que serve de base para a tradução aqui apresentada.

## 1.2 Apresentação do texto original

O texto a ser analisado, *How to do research in international law? A basic guide for beginners*, é do gênero textual técnico e do tipo textual injuntivo, pois é um guia que, orienta os leitores a tomarem certas decisões. Foi publicado pelo periódico online de direito internacional de Harvard, chamado *HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE* no ano de 2020.

As principais características do texto injuntivo são linguagem simples; estrutura simples, normalmente em tópicos, com frases curtas (BLOG MACKENZIE).

**Quadro 1** - Primeiro parágrafo traduzido do guia

Texto-fonte	Texto-alvo
So, you want to do research in international law? Good choice. But it can be difficult, especially in the very beginning. In this brief guide for students taking their first steps in legal research in international law, I will try to lay down the basics—just enough to nudge you towards the rabbit-hole of research. This guide is about how to think of and frame research questions, primary sources, and secondary sources in the research of international law. Or, to be precise, it is about how I think about these things. It is not about how to write in the technical sense, how to structure your paper, or about research methods (beyond some basic comments). This guide also focuses mostly on	“Então, você quer fazer pesquisa em direito internacional? Boa escolha. Mas pode ser difícil, especialmente no início. Neste breve guia para estudantes que estão começando na área de pesquisa jurídica em direito internacional, tentarei estabelecer o básico - apenas o suficiente para guia-lo na pesquisa. Este guia se ocupa de como pensar e enquadrar perguntas de pesquisa, fontes primárias e secundárias em pesquisa em direito internacional. Ou, para ser preciso, trata-se de como eu penso sobre essas coisas. Não tem a ver com a escrita no sentido técnico, nem com a estruturação do seu artigo, nem com métodos de pesquisa que podem ser usados (além de alguns comentários

<sup>1</sup> Como fazer pesquisa em direito internacional? Um guia básico para iniciantes.

<p>questions that are especially pertinent when researching international law. For this reason, it does not address general questions such as how and when to cite authorities, what are relevant academic resources, and so forth.</p>	<p>básicos). Este guia também foca sobretudo em perguntas que são pertinentes quando se pesquisa na área de direito internacional. Por esse motivo, não é o objetivo abordar perguntas gerais sobre que fontes bibliográficas citar e como citá-las, que recursos acadêmicos são relevantes e assim por diante”.</p>
---	--

Fonte: autoria própria

Ademais, o guia é um tipo de “texto complexo” (1984, p.180, *apud* NORD, 2014, p. 79.) porque se trata de opinião do autor, além dele citar livros e pessoas, por exemplo.

O texto-fonte, o guia no caso, é composto por seções com títulos, usando listas numeradas para estruturar o conteúdo. As frases estão na ordem direta, sendo o inglês simples (substantivos e verbos mais comuns como *have*), apesar de a terminologia específica da área de pesquisa e os parágrafos se desenvolvem com base em seus títulos.

Na primeira página, não há capa nem contracapa. A primeira página é composta pelo nome do jornal online nas minhas primeiras linhas, o volume, ano e o último do guia em letras maiúsculas e de fonte diferente. Após isso, o nome do autor e, logo depois, então, a introdução do guia como pode ser visto na Figura 1.



**Figura 1** - Estrutura da primeira página do guia

HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE  
VOLUME 62 / 2021

**HOW TO DO RESEARCH IN INTERNATIONAL  
LAW? A BASIC GUIDE FOR BEGINNERS**

*Eliav Lieblich\**

INTRODUCTION

So, you want to do research in international law? Good choice. But it can be difficult, especially in the very beginning. In this brief guide for students taking their first steps in legal research in international law, I will try to lay down the basics—just enough to nudge you towards the rabbit-hole of research. This guide is about how to think of and frame research questions, primary sources, and secondary sources in the research of international law. Or, to be precise, it is about how I think about these things. It is not about how to write in the technical sense, how to structure your paper, or about research methods (beyond some basic comments). This guide also focuses mostly on questions that are especially pertinent when researching international law. For this reason, it does not address general questions such as how and when to cite authorities, what are relevant academic resources, and so forth.

As you begin your work, you will find that legal research in international law is both similar to and different from legal research in domestic law. Research in international law and domestic law are similar in their basic requirements: 1) you need a research question, 2) you need to understand the problem you are approaching (both in terms of the legal doctrine and its underlying theory), 3) you need a method to answer your question, and 4) you need to rely on primary and secondary sources. Research in international law is different because international law, in its quest to be universal, is practiced everywhere. There is no “single” international law,

---

\* Associate Professor, Tel Aviv University Buchmann Faculty of Law.

Fonte: HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE (2021)

Como pode ser visto, na introdução, o autor explica a estrutura do guia e como funcionará a sua explicação: as seções. Na seção um, o assunto é sobre pergunta de pesquisa, já na seção dois, fontes primárias e secundárias em direito internacional. Vejamos a seguir a estrutura no contexto de partida.

## Figura 2 - Estrutura da seção e subseção

2021 / HOW TO DO RESEARCH IN INTERNATIONAL LAW

3

### I. RESEARCH QUESTIONS

#### *A. Types of Research Questions: Descriptive, Normative, and Critical*

Finding a research question will be one of the most important and challenging parts of your research. Every research has a question at its foundation. The research question is simply the question that your research seeks to answer. In all fields of legal scholarship, there are basically three families of research questions: 1) descriptive research questions, 2) normative research questions, and 3) critical research questions. Very broadly speaking, descriptive questions seek to tell us something about the legal world *as it is*. Normative questions ask what *ought* to be the state of things in relation to law. Critical questions seek to *expose* the relations between law and power, and, as I explain later, are somewhat in the middle between descriptive and normative questions. In truth, there is a lot of interaction between all three types of questions. But for our sake, we keep it simple, and as a starting point for research, it is better to think about research questions in these terms. Thinking clearly about your research question will help you frame your work, structure your paper, and look for relevant sources.

*Descriptive research questions* are questions about the state of things as they are. Much of traditional international legal scholarship is descriptive in the sense that it seeks to describe “the law” as it is, whether in abstract (e.g., “what is the content of the Monetary Gold principle in international adjudication?”) or in relation to a specific situation. For instance, in [their excellent writing on Yemen](#), Tom Ruys and Luca Ferro look at the Saudi-led intervention in the Yemeni Civil War and ask whether that intervention is lawful.<sup>3</sup> From a theoretical standpoint, this type of research can be broadly

---

<sup>3</sup> Tom Ruys & Luca Ferro, *Weathering the Storm: Legality and Legal Implications of the Saudi-Led Military Intervention in Yemen*, 65 INT'L & COMP. L.Q. 61 (2016).

Fonte: HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE (2021)

Em cada seção, o autor aborda tópicos que julga ser de relevância no assunto. Na seção de perguntas de pesquisa, os tópicos são a. tipos de perguntas de pesquisa: descritiva, normativa ou crítica; b. uma nota sobre teoria e métodos; c. formulação da pergunta de pesquisa.

Na seção II – fontes secundárias e primárias em direito internacional, os tópicos são a. geral; b. as complexidades de fontes secundárias de direito internacional: a gestão de hegemonia e sobrecarga de informação; c. fontes primárias de pesquisa de direito internacional: o que são e onde encontrá-las. Nesse último, são apresentados os lugares em que as fontes estão sendo pesquisadas: 1 – Coleções selecionadas de importantes fontes primárias; 2 – Tratados e órgãos de tratados; 3 – decisões judiciais; 4

– Documentos das Nações Unidas; 5 – práticas e declarações. Por fim, há a conclusão na última página, ou seja, não há usual bibliografia que os leitores brasileiros possam esperar, pois as referências estão nas notas, segundo as normas do periódico.

**Figura 3 - Estrutura da conclusão**

26

HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE / VOL. 62

## III. CONCLUSION

All in all, there is no single way to think about any of the issues discussed in this guide. Some researchers will contest many of the definitions and suggestions offered here. This just serves to emphasize that determining the “best” way to approach research has a strong individual component. At least in legal research, beyond strict methodological requirements that might apply in socio-legal research, each researcher develops her own way and understandings as she gains knowledge and experience. I hope that this guide helps you to begin to find your own.

Fonte: HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE (2021)

As referências bibliográficas aparecem nas notas de rodapé conforme o autor vai citando ou explicando um ponto. Isso ocorre em razão das regras dispostas no *The Bluebook*, que é uma guia que estabelece regras para a escrita na área de direito nos Estados Unidos. De acordo com as informações gerais no site do *Harvard International Law Journal*, a instrução é que:

As citações de notas de rodapé devem estar de acordo com *The Bluebook: A Uniform System of Citation* (edição mais recente), e os autores devem estar preparados para fornecer quaisquer fontes citadas mediante solicitação. (EDITORIAL BOARD, 2021, minha tradução)

Desse modo, o modo que o autor escreveu o guia está diretamente relacionado às regras do local de publicação.

Em artigos de periódicos no Brasil, as “notas de rodapé são indicações bibliográficas, observações ou diatamentos ao texto feito pelo autor, tradutor ou editor” (PIZZO, 2002, p. 95) discorre em seu artigo, e as referências bibliográficas, como elemento pós-textual, ou seja, citadas após o texto, e devem ser apenas escritas aquelas usadas no trabalho. Assim, há diferenças quando são citadas em trabalhos no Brasil.

Quando se pensa em texto injuntivo, os primeiros pensamentos podem ser “deve ensinar/orientar/impôr/informar algo”, ou “a estrutura é simples de seguir porque já foi feito antes”, porém a realidade é outra. Por se tratar de um texto injuntivo, muitos leitores podem pensar que se trata de uma tradução “fácil”, ou seja, no sentido de traduzir palavra por palavra. Entretanto, as informações, por si só, impõem desafios, pois apresenta metáforas, elementos dêiticos, marcadores culturais e as notas de rodapé como referências bibliográficas. Logo, o tradutor não só lida com a terminologia especializada da área em questão, mas também com aspectos da cultura-fonte (CF). À vista disso, agora a situação exposta se trata de desafios extratextuais (NORD, 2016), evidenciando assim que o externo (o contexto) é tão relevante quanto o interno (o texto).

## Capítulo II – Parte teórica

### 2.1 Teoria Funcionalista

A abordagem funcionalista ganhou força na década de 70. O funcionalismo nos Estudos da Tradução, ETs, é a busca prática de fornecer uma tradução que tenha função no destino de chegada. Para Christiane Nord, importante teórica no funcionalismo, e demais teóricos funcionalistas, a tradução é funcional, ou seja, a sua função no contexto de chegada é determinante no processo tradutório. As escolhas do tradutor são baseadas nesse aspecto. A seguir, aspectos teóricos e apontamentos de Hans J. Vermeer, Katharina Reiss e Christiane Nord são expostos.

Em seu livro chamado *Translating as Purposeful Activity*, Nord (2018, p.8) diz que os teóricos da equivalência tendem a aceitar procedimentos de tradução não literal mais prontamente na tradução de textos pragmáticos (instruções de uso, anúncios) do que na tradução literária. Com base na tradução do guia, pode-se dizer que a tradução não literal ocorreu por conta da cultura-alvo e do *skopos*. No caso, o guia é um texto pragmático e a equivalência está justamente no propósito que se destina o guia. Em alguns trechos, como é o caso da tradução das metáforas, uma tradução literal pode não ser desejada, pois pode causar dificuldade de compreensão que não está no *skopos*.

O teórico Hans J. Vermeer propõe a teoria *skopos* (1978, p.54, *apud* NORD, 2016, p. 22) palavra grega que significa propósito, que enfatiza a adaptação do texto-alvo para cumprir o propósito do texto-alvo e atender às necessidades do público do texto-alvo. Logo, pensa-se no propósito do texto para se chegar a uma tradução.

A teórica Katharina Reiss apresenta seu modelo de relação funcional do texto-fonte (TF) e do texto-alvo (TA). Para ela, a tradução ideal seria aquela “em que o objetivo na língua-alvo fosse a equivalência quanto ao conteúdo conceitual, forma linguística e função comunicativa de um texto na língua-fonte” (NORD, 2018, p.9).

Ademais, Reiss sugere interpretações por parte do tradutor quando se encontra exceções à equivalência (NORD, 2018, p.9). Na tradução do guia, esse movimento foi necessário em razão da situação, lembrando que, no caso, ocorreu porque o texto de destino busca atingir outro propósito diferente do original, uma tradução funcional para estudantes brasileiros do curso de direito, uma vez que o contexto de TF e TA é diferente. O modelo de análise textual de Christiane Nord, é baseado em um conceito funcional, permitindo a compreensão da função dos recursos do texto-alvo e a seleção

de estratégias de tradução adequadas ao propósito pretendido da tradução, conforme será exposto a seguir. Ao analisar os fatores de Nord e ter o skopos, a finalidade da tradução é alcançada.

## 2.2 Funcionalismo de Christiane Nord

A estudiosa funcionalista Christiane Nord é responsável pelo modelo de análise textual aplicado à tradução. O modelo proposto por Nord analisa fatores extratextuais e fatores intratextuais. Primeiro, o funcionalismo, campo teórico nos Estudos da Tradução, apresenta uma nova forma de pensar sobre a tradução. O modelo de Nord, em especial, propõe a análise de fatores do TF, possibilitando assim maior entendimento e segurança para realizar uma tradução, ou seja, o TA. Logo, o funcionalismo aplicado à tradução aqui desempenha um papel importante, pois irá dizer a função de cada fator presente no texto de partida, possibilitando assim maior compreensão sobre o contexto de fala do texto original, e auxiliando na tradução, já que o destino do texto traduzido difere.

A abordagem funcionalista presente na tradução deste trabalho se deu por sua essência teórica de que a tradução é funcional, como Nord discorre em seu livro (NORD, 2016). Desse ponto de vista, o tradutor é um importante agente, pois seu papel aqui está aliado a outro: iniciador da tradução. O tradutor se encontra em uma posição aparente tanto nas escolhas extratextuais quanto nas intratextuais, como será apresentado mais adiante.

O modelo de análise textual aplicado à tradução proposto por Christiane Nord, em seu livro teórico *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática* (2016), faz com que a tradutora tome decisões a partir de sua análise minuciosa dos fatores extratextuais e dos fatores intratextuais. Os fatores extratextuais (emissor, intenção do emissor, público, meio, local, tempo e função do texto) podem ser depreendidos antes mesmo de uma leitura atenta ao texto, pois eles são fatores que estão ou podem estar na superfície do texto. Os fatores intratextuais (assunto, conteúdo, pressuposições, estruturação, elementos não verbais, léxico e a sintaxe) são os fatores que estão internamente no texto. Assim, é necessária uma leitura atenciosa para identificá-los.

Ao analisar os fatores extratextuais do contexto de partida do texto, pode-se entender o contexto o qual o texto está inserido, e ainda refletir sobre as decisões que

serão tomadas na tradução, no TA. Os fatores intratextuais (assunto, conteúdo, pressuposições, estruturação, elementos não verbais, léxico e a sintaxe) são os fatores que estão internamente no texto. Assim, é necessária uma leitura atenciosa.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que o emissor deseja difundir o conhecimento. Por ser uma publicação, especialmente um guia, o ato de disponibilizar o material mostra interesse por parte do autor em tornar acessível o seu domínio e competência de tal prática. Por consequência, a intenção do emissor é clara e objetiva. É disponibilizar um guia básico de pesquisa para estudantes de direito internacional.

À primeira vista, pode-se dizer que o público do guia, com base no Twitter do autor, são os seus alunos. Contudo, pode-se estender esse guia para todos os estudantes de direito ao redor do mundo que tenham interesse na área de estudo do direito internacional.

O fato de o guia ter sido postado online sugere que os estudantes tenham conhecimento do meio, lugar e até função do texto porque o texto não está isolado. O meio usado para a publicação do guia foi o *HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE*. Com isso, ao especificar o meio de publicação do artigo, a intenção do emissor pode ser subtendida. Se o autor optou por publicar no jornal online de Harvard, é porque ele sabe que as pessoas o lêem e têm acesso, além de ser o periódico de direito internacional de umas das universidades mais conhecidas no mundo. Ademais, indica o lugar e o momento da publicação já que fornece a data de publicação, horário e lugar.

Segundo Nord, há uma distinção entre a situação da produção do texto e aquela da recepção do texto (NORD, 2016, p.26). O lugar de produção e o de recepção podem ser o mesmo ou não. Supondo que o autor escreva para as pessoas nativas de sua língua, então, o lugar de produção do texto e o lugar de recepção são os mesmos, porém se ele escreve em sua língua nativa e o texto será traduzido, o lugar de recepção muda. Consequentemente, o lugar de recepção do texto vai determinar as escolhas do tradutor, ou seja, a linguagem que será usada, a formalidade ou informalidade, e assim por diante.

O lugar de comunicação, então, é um divisor de águas na tradução. Pensa-se nas expectativas do receptor e possíveis conclusões não só das pessoas físicas, mas também das pessoas jurídicas e o Estado. Vale ressaltar que há países que vivem em censura em relação a determinadas informações. Partindo de tal realidade, uma tradução técnica sobre drogas, por exemplo, pode não ser bem vista e, assim, barrada. Tendo tudo isso em consideração, julga-se importante não só os receptores, mas também o lugar de

comunicação, pois, a partir dele, o tradutor consegue realizar escolhas baseadas ainda mais na CA.

De acordo com Nord, a dimensão do tempo influencia direta ou indiretamente as dimensões do emissor (NORD, 2016, p.121). Assim, não se usa palavras na tradução que já não são mais recorrentes na língua-alvo, por exemplo, uma vez que a língua evolui todos os dias. Com isso, o hoje e o amanhã interferem diretamente no tempo da comunicação. Afinal, uma expressão pode ser usada atualmente sem qualquer tipo de problema, mas a mesma expressão pode causar um problema de comunicação caso ela já não seja mais usada por determinadas pessoas. Evidencia-se ainda que o estilo do autor é importante. Para Nord, além dos traços estilísticos que correspondem a gêneros e tipos textuais, temos que considerar, pois, as características do estilo pessoal do autor presentes no texto (2016, p.333).

Ao escrever um texto, seja qual for, há sempre um motivo. As pessoas se comunicam o tempo todo, seja verbalmente ou não. Pode-se escrever para relaxar, ensinar ou aprender. Escrever é um meio de comunicação. Logo, a tradução é um meio de comunicação também, pois ela carrega informação que tem um receptor. Ela deseja transmitir, de acordo com Hans J. Vermeer, uma oferta de informação (NORD, 2016, p.69).

Após a análise, o TRD, iniciador também no presente trabalho, precisa da tradução do guia a fim de disponibilizar para mais pessoas possíveis, assim sendo, esse parte de seu *skopos*.

O ponto principal sobre a abordagem funcional é o seguinte: não é o texto fonte como tal, ou seu efeito sobre o receptor do TF, ou a função que lhe foi atribuída pelo autor, que determinam o processo de tradução, tal como postulado pela teoria da equivalência, mas sim a função pretendida ou o *skopos* do texto alvo, tal como determinado pelas necessidades do iniciador. Este ponto de vista corresponde à Skopostheorie de Vermeer. (NORD, 2016, p. 29)

A análise textual é importante, mas a “função do texto alvo não é alcançada automaticamente a partir de uma análise do texto fonte, mas é pragmaticamente definida pelo propósito da ação tradutória” (NORD, 2016, p.30). Desse modo, a função do texto tem relevância no funcionalismo. Sendo assim, seguir o *skopos* é o que determina o projeto final da tradução, uma vez que “em uma tradução orientada ao *skopos*, a



observância do skopos tem prioridade frente à coerência intertextual com o texto fonte” (NORD, 2016, p. 57).

Por sinal, tradução representa escolhas e busca pelo significado do texto-fonte no texto-alvo. Com isso, a tradução-instrumento é aquela que o texto-alvo carrega consigo informação do TF para o TA, mas também podendo oferecer informação no TA do TF, além de poder ter função igual ou similar do TF no TA.

Tradução é a produção de um texto alvo funcional, mantendo-se uma relação com um determinado texto fonte que é especificada de acordo com a função pretendida ou exigida do texto alvo (skopos). A tradução permite que um ato comunicativo aconteça, o que de outra forma não seria possível devido às barreiras linguísticas e culturais. (NORD, 2016, p. 61)

## 2.5 Visibilidade do TRD no texto técnico guia

Um dos grandes temas de debate no ET é a invisibilidade/visibilidade do tradutor. Aliás, ao longo da história dos Estudos da Tradução, o trabalho do tradutor foi questionado, principalmente nos Estados Unidos da América (VENUTI, 1995). O funcionalismo nasceu na década de 70 (POLCHLOPEK; ZILPSE; COSTA, 2012). Segundo o pensamento funcionalista, o tradutor depende de sua compreensão para julgar se o TA é funcional no contexto de chegada (NORD, 2016, p.9). O movimento evidencia o fato de que tradutor está na posição de tomar decisões. Por isso, questiona-se: sua presença é visível em um texto traduzido de caráter técnico-instrucional como o guia?

Partindo da perspectiva social, a pessoa nasce, cresce, reproduz, envelhece e morre. Durante a sua vida, a pessoa tem diversas relações sociais, desde o nascimento até a sua morte, que influenciam em seu comportamento. Tais relações sociais se desenvolvem nos chamados grupos sociais, sendo a família, o primeiro grupo social. Nesse primeiro grupo social, hábitos, costumes e tradicionais são adquiridos. Desse modo, as influências da criação, estudo e visão fazem o ser humano ter posturas que sejam de acordo com a sua realidade. Na tradução, isso não seria diferente também. Aliás, o *background*, citado por Nord, “eventos que tenham influenciado seus escritos” (2016, p.95) evidencia justamente esse movimento na TRD.

De acordo com o teórico Lawrence Venuti, a invisibilidade do TRD ocorre em razão da fluência de sua tradução (1995, p.1-2). Então, caso o TRD não opte por tal fluência em certa medida, sua visibilidade é aparente. Para ele, a tradução é

A tradução é um processo pelo qual a cadeia de significantes que constitui o texto do idioma de origem é substituída por uma cadeia de significantes na língua de destino que o tradutor fornece com base em uma interpretação. (VENUTI, 1995, p.17, minha tradução)

Como Venuti escreve, a tradução estrangeirizadora, que evidencia aspectos culturais da CF, é uma forma do TRD se tornar visível, pois torna o seu trabalho aparente. No artigo *sobre a (in)visibilidade do escritor-tradutor: em busca de Mario Quintana e Fernando Py* (2016), é questionado se não seria o contrário, ou seja, “Ao apresentar a tradução de um autor estrangeiro, que possua todas as características de um autor pátrio, não estaria o tradutor dando provas cabais de maior interferência linguística no texto-fonte?”. Tendo isso em vista, são feitas reflexões sobre tais possibilidades de visibilidade, ou não, do tradutor.

Tendo como analogia (o poder de escolha em economia e em tradução) para o movimento de visibilidade, o principal pilar econômico é o poder de escolha porque, a partir dela, o mercado financeiro se movimenta. O consumidor compra algo, pois deseja ou precisa, por exemplo. O tradutor realiza o seu trabalho da forma que julga cabível. O custo de oportunidade é o que se perde ao realizar uma escolha, ou seja, o que o TRD não traduz é o custo de oportunidade por conta de outra escolha que foi feita, evidenciando, assim, as suas decisões. Tendo como base a constatação de que as pessoas estão inseridas no mundo econômico e literário, e a todo o momento, escolhas são feitas, e o tradutor está sempre visível no texto por suas diversas escolhas (MATIAS, 2012).

Com isso, o TRD se comporta como um agente que reflete e realiza escolhas sobre o contexto de chegada. Sua realidade é parte importante, pois, a partir dela, suas decisões serão tomadas a fim de alcançar determinado *skopos*.

Ao ter como alvo um produto final, a TRD, diversos comportamentos são esperados, seja no nível macroestrutural, ou no nível microestrutural. Nesse nível de análise e escolha, todo o seu *background*, história de vida pessoal e profissional, é refletido no resultado. Experiências anteriores podem influenciar assim como novas situações. Desse modo, o TRD se encontra num lugar de escolhas, ou seja, de papéis no processo tradutório: produtor do texto na cultura alvo.

É interessante notar que o TRD como produtor de texto na cultura alvo pode almejar a fluência a fim de obter um texto coeso e coerente. Logo, a simples escolha de

qual direção seguir pode levá-lo a invisibilidade, como Venuti discorre: “Quanto mais fluente a tradução, mais invisível o tradutor e, provavelmente, mais visível o escritor ou significado do texto estrangeiro” (VENUTI, 1995, p.1, minha tradução).

Entretanto, deve-se levar em consideração que ao ler o TF, o TRD pode interpretá-lo de uma maneira correspondente a sua realidade. A interpretação é subjetiva, sendo que o que é lógico para o emissor pode não ser lógico para o TRD. Para Venuti, “a subjetividade é constituída por determinações culturais e sociais diversas e até conflitantes, que mediam qualquer uso da linguagem e, que variam com cada formação cultural e cada momento histórico.” (VENUTI, 1995, p.24, minha tradução) Conseqüentemente, pode ser que as suas escolhas tradutórias evidenciam justamente que o emissor é responsável pelo que escreveu, mas não pelo que vai se traduzido, uma vez que é impossível ter total controle sobre o TF. Tendo isso em vista, a sua compreensão pode ser diferente, e isso irá refletir na TRD, como Narcelli Piucco (2008) pontua:

Uma das formas de visibilidade do tradutor se baseia na premissa de que o escritor não é o autor soberano do texto que escreve, pois cada leitor/tradutor faz uma leitura, uma interpretação, fruto de suas interrelações com outros textos, o que contraria a idéia de que o processo tradutório seria uma substituição ou transferência ingênua de significados estáveis de um texto para outro e de uma língua para outra. (PIUCCO, 2008, p.179)

A partir disso, mesmo em um texto instrucional - o guia - seu embargo cultural se torna evidente tanto nas escolhas explícitas quanto implícitas. As metáforas, as notas de rodapé e as pressuposições são elementos estruturais que justificam a posição do TRD visível. “O tradutor é entendido como um sujeito inserido num certo contexto cultural, ideológico, político e psicológico – que não pode ser ignorado ou eliminado ao elaborar uma tradução. O tradutor tornou-se “visível.” (BOHUNOVSKY, 2001, p. 54)

Alías, definir sua posição nesse momento é tão importante quanto seguir o *skopos*. Suas preferências se fazem visíveis ao TRD o TF e entregar o TA para os receptores alvos.

Segundo essa visão, o tradutor está comprometido bilateralmente tanto com a situação do texto fonte como com a situação do texto alvo, e é responsável tanto pelo emissor do TF (ou o iniciador, se ele for também o emissor) quanto pelo receptor do TA. (NORD, 2016, p.62)

Além do exposto acima, há inúmeros desafios ao fazer uma tradução que podem revelar a presença do TRD. Um deles é como lidar com elementos da CF que não são os mesmos na cultura-alvo (CA), ou que, simplesmente não existem na CA. Esse problema de tradução é recorrente, sendo denominado problema relacionado a convenções (PTC), segundo Nord (2016, p. 263). Afinal, lidar com a falta de informações é difícil, e então “o tradutor deve decidir se adiciona ou não os detalhes necessários.” (NORD, 2016, p. 390) Aliás, em parte, a visibilidade do TRD se faz clara em razão de problemas. De acordo com Nord (2016, p. 263), há problemas de tradução de texto pragmáticos (PTP), problemas de tradução de ordem linguística (PTL), problemas de tradução específicos (PTE). PTP ocorre em razão de diferenças entre a CF e a CA. Nesse caso, o TRD deve avaliar e decidir qual caminho percorrer, a partir do *skopos*. PTL existe por conta das línguas em si, ou seja, a sintaxe, por exemplo. Em muitos casos, por a raiz da língua não ser igual, não há estrutura similar na LA. PTE é um espetáculo a parte quando se trata de problema, pois a dificuldade está em “características específicas” (NORD, 2016, p. 263). Então, como traduzir algo específico de determinada língua? Como isso torna o TRD visível? Essas são perguntas que podem ser respondidas, partindo do pressuposto já dito de que o TRD toma decisões com base no *skopos*.

### **2.5.1 Metáforas**

As metáforas são aspectos culturais escritos que, muitas vezes, só fazem sentido em certo lugar e/ou tempo e/ou meio. Segundo o livro *Metaphors We Live By*, as metáforas como expressões linguísticas são possíveis precisamente porque existem metáforas no sistema conceitual de uma pessoa (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.6, minha tradução). Então, nesse impasse e mar de possibilidades, o TRD se mostra visível, pois pode não só traduzir a metáfora por uma equivalente de efeito, como também inovar em sua subjetividade. Tendo como base a leitura chamada *Acerca da tradução da metáfora* (TORRE, 2012, p. 217), a metáfora é “sempre portadora de uma forte carga cultural e psicológica que lhe permite veicular novos sentidos. O autor classifica as metáforas em três tipos: metáfora morta, convencionais e originais. Algumas vezes há metáforas em ambas línguas envolvidas na tradução, outras não. Na retórica clássica, o pensamento é o seguinte:

Por exemplo, na retórica clássica, o efeito de uma metáfora em um determinado texto pode ser tanto *docere*, isto é, “ensinar, transmitir conhecimento”, como *delectare*, isto é, “deleitar” ou produzir um efeito estético, ou *movere*, isto é, produzir uma reação particular no leitor. (NORD, 2016, p.235)

Ao se deparar com metáforas, pode-se citar duas possibilidades de tradução. A primeira é traduzir palavra por palavra, ou seja, uma tradução literal. A outra é procurar uma equivalente de efeito, ou seja, no sentido proposto pela metáfora do TF. Então, nesse momento, é necessário que o tradutor tome decisões, seja a pedido do iniciador da tradução, ou a pedido do *skopos*, assim, sua presença é evidente, pois caso opte por uma tradução literal, os receptores podem não entender, e caso opte por uma tradução que tenha a equivalência de efeito, pode ficar claro para o receptor se tratar de uma TRD, pois não é como se diria na língua x, por exemplo. Diante de tudo isso, o texto traduzido, seja qual for o seu gênero e tipo textual, carrega escolhas, as quais, o tradutor pode fazer sem ao menos perceber, podendo ser involuntárias (se não refletir), e na maioria das vezes, voluntárias (atitudes pensadas). Desse modo, o tradutor deve se atentar para essas situações.

O tradutor deve considerar o fato de que uma informação “trivial” para os emissores do TF, em razão do seu conhecimento prévio da cultura fonte (que logicamente não é mencionada no TF), pode ser desconhecida do público leitor da tradução e, portanto, deve ser mencionada no texto alvo ou vice-versa. (NORD, 2016, p.173)

Ademais, adotando o conceito de metáfora complexa e conceitual (KÖVECSSES, 2005). A complexa é aquela que se relaciona com a cultura específica e a conceitual (ou primária) é aquela que faz sentido em muitos lugares. Expõe-se três exemplos a seguir: Quadro 2 – Exemplos de metáforas traduzidas (segmentos 9 e 24, como a ferramenta de tradução *Smartcat* fornece). A primeira é uma metáfora da CF que não tem exatamente uma de similar equivalente de efeito na CA, pois se relaciona especificamente com a CF e a segunda e a terceira já pode ser classificada como metáfora conceitual, pois se relaciona com a CA também.

**Quadro 2** - Exemplos de metáforas traduzidas

	TEXTO-FONTE	TEXTO-ALVO
9	In this brief guide for students taking their first steps in legal research in	Neste breve guia para estudantes que estão começando na área de pesquisa jurídica em

	international law, I will try to lay down the basics—just enough to nudge you towards the rabbit-hole of research.	direito internacional, tentarei estabelecer o básico - apenas o suficiente para guiá-lo na pesquisa.
24	This guide attempts to give you the initial tools to navigate this terrain, but rest assured that it is also difficult for experienced researchers.	Aqui tento fornecer as ferramentas iniciais para navegar nesses mares, mas, diga-se de passagem, também é difícil para pesquisadores experientes.
268	For those of you really willing to take the plunge, there is a very vibrant community of international law scholars on Twitter (although it might lead you to question the general sanity of the field).	Para aqueles que realmente desejam mergulhar de cabeça, há uma comunidade muito animada de estudiosos de direito internacional no Twitter (embora isso possa levá-los a questionar a saúde mental do campo).

Fonte: autoria própria

### 2.5.2 Notas de rodapé

As notas de rodapé podem ser usadas para diversos fins em trabalhos acadêmicos. Geralmente, são usadas para explicações, sendo o caso aqui de sua citação como meio de visibilidade do tradutor, uma vez que, as explicações fornecidas pelo tradutor podem estar no *skopos*. A sua função se dá em razão de pressuposições de que o leitor final não tenha conhecimento de algo, ou, deseja fornecer mais informações em relação ao assunto do texto.

### 2.5.3 Pressuposições

As pressuposições sobre o texto na tradução coloca o tradutor em uma posição decisória, uma vez que os elementos culturais no TF que o TRD explica no TA faz com que escolhas sejam feitas baseadas na situação que se encontra. As pressuposições podem ser evidentes para o público para o qual o autor direcionou o texto, porém, na TRD, pode ser que isso já seja diferente. Além disto, lidar com convenções culturais também pode evidenciar a visibilidade do TRD. Logo, ao pressupor que certa informação não faz sentido, ou estrutura sintática, o tradutor pode fazer alterações, e assim, acaba fornecendo um conteúdo que se apresenta de maneira diferente. No começo, por exemplo, pressupõe-se que a tradução de *nudge you towards the rabbit-*

*hole* por tirá-lo do fundo do poço pode ser uma expressão que os leitores não esperam em textos jurídicos. Assim, a expectativa do receptor é levada em consideração.

#### 2.5.4 O prazer da leitura

Ademais, a leitura, considerada uma forma de aprender e de relaxar por muitas pessoas, é um grande prazer e possibilita conhecer o mundo das palavras e, assim, da história. Ao sentar para ler, o leitor viaja no mundo das letras. Caso seja perguntado, se prefere um texto traduzido similar ao da sua cultura, a resposta pode surpreender, pois parte dos leitores leem justamente para entrar em outra dimensão.

Segundo Carlo Carrenho (RFI, 2018), “precisamos levar em conta o domínio do mercado mundial por autores ingleses e americanos”. Logo, as pessoas podem querer ler algo diferente da sua cultura. Devido a isso, o TRD, mesmo em texto técnico, deve levar em consideração as preferências do seu público. Supondo que, o texto técnico, seja profundamente envolto da CF, ainda sim, os receptores podem desejar conhecer aquelas determinadas informações.

No artigo chamado “Poesia e História: caminhos que se cruzam e se bifurcam” (2012), compara-se e evidencia a relação do historiador e poeta. Por sinal, é possível fazer uma comparação entre o autor *versus* o tradutor e o historiador *versus* o poeta a fim de exploração. O autor escreve o que deseja, a originalidade advém de tal ação, assim como o historiador escreve de acordo com a realidade, não podendo inventar momentos históricos e sendo fiel ao fato/momento original do acontecimento. Do outro lado da balança, há o tradutor que, assim como o poeta, não se prende somente à realidade, podendo claro estar atrelado a realidade, mas pode ir além. Ela é escrita a partir de mil possibilidades, assim como as possibilidades do *skopos*, e isso não ocorre com a história, como sabemos. A história é o que ela é e somente isso. Por conseguinte, tendo esse pensamento como viés, o TRD pode, sim, ser e estar visível a partir de escolhas, do *skopos*, ainda que seja um texto técnico como o guia. Por fim, Nord escreve:

É por isso que os tradutores devem sentir-se livres para usar qualquer outro recurso fornecido pelas línguas e culturas alvo, conquanto isso os ajude a alcançar o mesmo fim. (Nord, 2016, p.398)

À vista disso tudo exposto, as considerações que o TRD deve ter tornam a sua presença visível, principalmente em razão dos posicionamentos frente a elementos culturais, como as pressuposições, as metáforas e as notas de rodapé explicativas presentes no guia. Dito isso, Haroldo de Campos (2016), teórico brasileiro, com a sua teoria da Transcrição, faz com que a tradução possa ser vista por um outro olhar: a criação do TF. Ao tomar decisões, as escolhas tradutórias evidenciam a criação do que se julga melhor. Por consequência, o TRD fica em uma posição visível ao criar o texto-alvo.



### Capítulo III - Metodologia

A metodologia adotada tem como base o objetivo do estudo, ou seja, a realização de uma tradução funcionalista e o questionamento se o tradutor é visível em tradução de texto técnico (o guia). Buscando-se fazer explícita a presença e a clara interferência por parte do TRD, os mecanismos na metodologia reafirmam essa escolha. Como define os autores Jenny Williams e Andrew Chesterman (2002, p. 58, minha tradução), a pesquisa conceitual busca interpretar ideais. Assim, argumenta-se, partindo da afirmação de Venuti de que o tradutor é visível quando o texto traduzido não é fluente, ou seja, quando se tem uma tradução estrangeirizadora. Por isso, dentre as diversas áreas e tipos de pesquisa, a pesquisa conceitual foi utilizada, pois o objetivo do trabalho é justificar a visibilidade do tradutor por meio de escolhas tradutórias.

Vale destacar que a análise do TF é a primeira coisa que se deve fazer, afinal a análise textual do texto fonte tem o propósito de considerar aspectos do texto. A partir de tal, é possível trabalhar, pensando nas convenções de gênero, cultural, por exemplo, além de ter o conhecimento dos possíveis problemas. Dessa forma, ao traduzir, pela plataforma online em nuvem *Smartcat*, é possível espelhar o TF e o TA, facilitando assim o processo de estudo do TF.

Os métodos quantificáveis, como as ferramentas de tradução (*Smartcat* e *Antconc*) no caso, buscam fornecer conclusões confiáveis e seguras (GIL, 1999; CERVO; BERVIAN, 2002 *apud* SILVA, 2014, p.20). Por isso, é de tamanha relevância verificar o uso do termo, confirmando assim a veracidade e uso de termos técnicos da área de estudo em questão. Ademais, pesquisaram-se periódicos online que pudessem aceitar a tradução para que ao propor uma tradução funcionalista, as regras de submissão do periódico fossem seguidas. A revista selecionada se chama Revista de Direito Internacional. São exigidas certas regras de formatação como: fonte Times New Roman 12, entradas de parágrafo 1,25 a partir da margem, palavras estrangeiras em itálico e assim por diante.

Além do uso da ferramenta *Smartcat* e *Antconc*, a fim de disponibilizar a tradução mais inteligível e acessível, seis questões dissertativas (estão em anexo) foram elaboradas para revisão da tradução. A revisão é a cereja do bolo quando se trata tradução, pois, muitas vezes, quem traduz pode não enxergar possíveis erros tanto gramaticais quanto de compreensão do TF e pontos de melhoria. Desse modo, o olhar crítico de outro pode ser o que falta na análise da tradução.

Por fim, a resposta da pergunta de pesquisa se a presença do tradutor é visível em um texto traduzido de caráter técnico-instrucional como o guia pode interessar a outros estudiosos da área porque mostra a visibilidade do TRD em determinados momentos, sendo significativa para aqueles que pensam em como ser visível, ou não. Além disso, torna-se aparente tal pensamento porque se considera importante para aqueles que não querem ser mais invisíveis. Assim, tal visão de visibilidade do TRD pode ser explicada, tendo em consideração o *skopos*.

Como apêndice, temos o primeiro que é um questionário de perguntas sobre a tradução respondida pela monitora da Profa. Dra. Alessandra Ramos de Oliveira Harden sobre a leitura da tradução do guia. O segundo apêndice é o começo da tradução funcionalista, segundo as normas de publicação da Revista de Direito Internacional.

Como áreas de estudo, a análise do TF e a tradução requerem uma investigação minuciosa. Diante disso, pode-se dizer que análise textual do TF e o pensamento pragmático no TA justifica a resposta da pergunta de pesquisa por meio da tradução (metáforas, notas de rodapé e pressuposições).

### 3.1 Smartcat

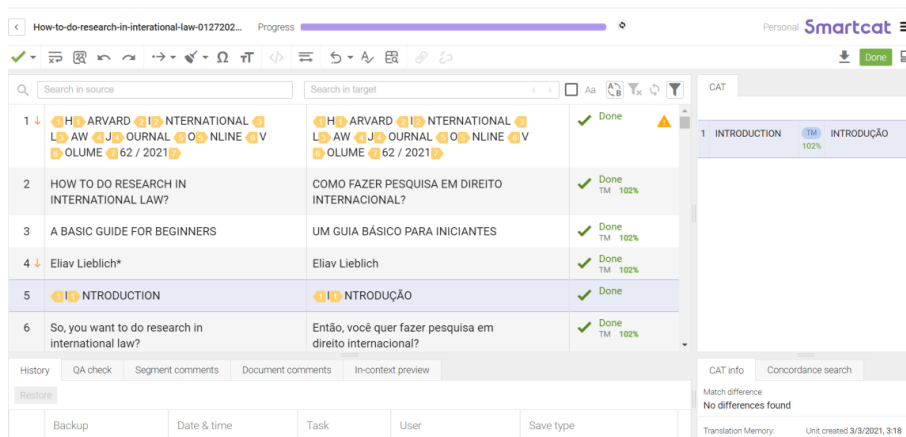
Smartcat é um programa de tradução baseado em nuvem. Surgiu no ano de 2016. Nos dias atuais, é um dos programas que os estudantes de Letras/ Tradução inglês aprendem a usar na universidade de Brasília, além de ser usado por empresas, agências de tradução e *freelancers*. Seu diferencial é o fato de reunir partes do processo tradutório em um só lugar: a tradução e a revisão. Ao fazer o login, o usuário pode criar o seu próprio projeto com prazos, inclusive a data de entrega.

Além disso, possui vários mecanismos que auxiliam no processo de tradução. A memória de tradução é uma das ferramentas mais úteis que a plataforma fornece, pois acelera o processo e apresenta aos usuários uma possibilidade de tradução para cada segmento, uma vez que o texto-fonte é dividido em partes menores, chamados segmentos, para facilitar o fazer tradutório. Outro recurso disponível é o glossário. Durante a tradução, palavras e/ou termos podem ser selecionados para a construção de um glossário. Assim, a integração de elementos, que os tradutores utilizam em um só local, faz com que o Smartcat seja bastante usado.

Na figura 4, podem-se ver partes citadas. À direita, aparece a oferta de tradução da memória, e caso, seja boa o suficiente a vista do tradutor, basta pressionar as teclas

ctrl + 1 que a tradução aparecerá no lado direito do *target*. Após fazer a tradução, ela pode ser baixada (na seta do lado direito que está do lado da palavra *done*) e tem o mesmo *layout* do texto-fonte.

**Figura 4** – Interface do Smartcat com o texto técnico



Fonte: Smartcat

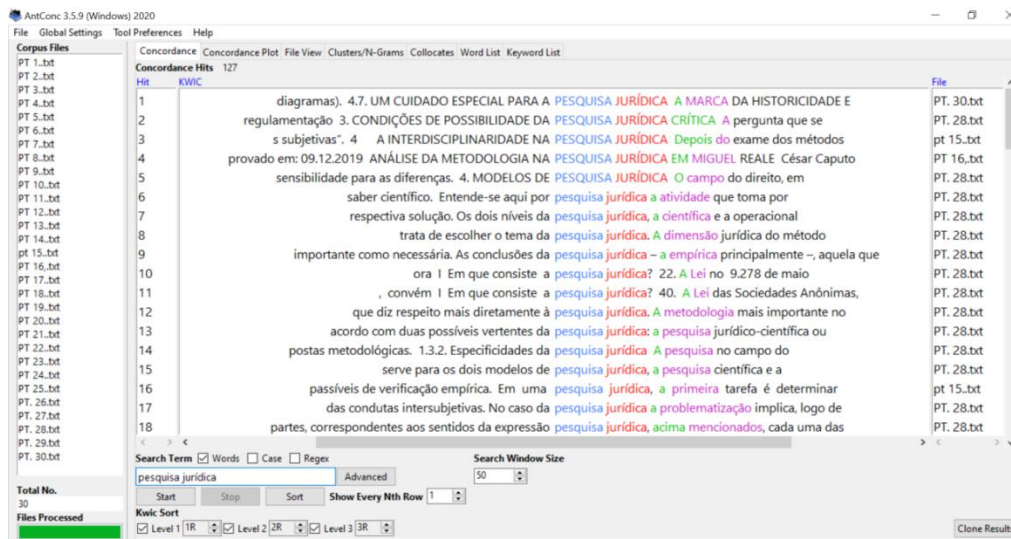
### 3.2 Antconc

O Antconc é um software, criado por Laurence Anthony, que é usado para muitos fins nos ETs. Para a realização da tradução, foram coletados trinta livros/artigos na língua do texto-alvo para verificar a frequência e uso. Por sinal, a frequência de palavra é uma das principais técnicas de corpus. Há outras técnicas de linguística de corpus disponíveis no programa também como colocações, concordância, por exemplo.

A fim de verificar o uso, livros, apostilas e artigos foram selecionados. Os livros, a minoria sendo artigos, selecionadas para serem parte do corpus são sobre temas relacionados à área de direito no geral, direito internacional e pesquisa em direito. Grande parte do material coletado foi em PDF, convertido para txt. As principais fontes de coleta de material foram sites de universidade, como de Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e outros tipos de site, como o de planejamento tributário, legale, Escola Superior Magistratura do estado do Ceará. Há livros de autores renomados na área de direito internacional no Brasil, sendo eles Francisco Rezek, Paulo Henrique Golçalves Portela e Valerio de Oliveira Mazzuoli.

O estudo de Corpus pode ter diversas finalidades, mas a do presente trabalho se resume a busca de termos dispostos nos textos (artigos e livros) selecionados.

Figura 5 - Antconc



Fonte: Antconc

### 3.3 Projeto de tradução – Quadro funcionalista baseado no skopos

Por meio do modelo de análise textual em tradução formulado por Nord, analisa-se os fatores extratextuais e intratextuais. A partir deles, o tradutor pode trabalhar a partir da análise, conhecendo melhor o público-alvo. Por isso, o fator extratextual receptor foi o pilar nas decisões.

Quadro 3 - Análise textual em tradução

FATORES EXTRATEXTUAIS		
	Texto-fonte	Texto-alvo
Emissor	Eliav Lieblich	Maria Aparecida Alves de Alcantara
Intenção do emissor	Disponibilizar um material que auxilie os seus alunos e interessados em como fazer pesquisa em direito internacional. No guia, ele escreve: Neste breve guia para estudantes que estão dando os seus primeiros passos em pesquisa jurídica em direito internacional, tentarei estabelecer o básico - apenas o suficiente	Disponibilizar um material que auxilie os seus alunos e interessados em como fazer pesquisa em direito internacional. No guia, ele escreve a sua intenção: Neste breve guia para estudantes que estão começando na área de pesquisa jurídica em direito internacional, tentarei estabelecer o básico -

	para incentivá-lo no mundo de pesquisa.	apenas o suficiente para guia-lo na pesquisa.
Receptor	Seus alunos e a quem possa interessar.	Estudantes do curso de Direito e a quem possa interessar.
Meio	Harvard International Law Journal Online	Trabalho de Conclusão de Curso
Lugar	Cambridge, Estados Unidos da América	Brasília, Brasil
Tempo	2021	2021
Motivo	Disponibilizar um guia que seja ferramenta de instrução para os seus estudantes ao iniciarem a sua pesquisa jurídica em direito internacional, direcionado, assim, quais caminhos percorrer e apresentando as possibilidades que o mundo acadêmico de direito internacional tem a oferecer em questão de pesquisa.	Realizar uma tradução funcional, respeitando o <i>skopos</i> . Sendo assim, mantêm-se nomes de instituições e jornais por não ter tradução consagrada de tais, mas, vez ou outra, por ter tradução conhecida, optou-se traduzir.
Função textual	Operativo	Tradução-instrumento
<b>FATORES INTRATEXTUAIS</b>		
Assunto	Como fazer pesquisa em direito internacional	Como fazer pesquisa em direito internacional
Conteúdo	Exposição de fontes primárias e secundárias, como encontrá-las, quais as classificações delas, blogs da área jurídica internacional;	Exposição de fontes primárias e secundárias, como encontrá-las, quais as classificações delas; Acrescenta-se ainda blogs brasileiros conhecidos e explicação de pesquisa normativa.
Estruturação	Guia online com estrutura baseada nas regras do Bluebook, que é um guia que estabelece normas para a escrita na área jurídica nos Estados Unidos. Sendo assim, as notas de rodapé funcionam como lugar de referência dos autores e obras citadas.	Guia online com estrutura da Revista de Direito Internacional, baseada nas regras da ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas e que tem avaliação A1 pela CAPES, pois, assim as referências bibliográficas ficam localizadas no final do artigo.
Léxico	Linguagem formal, sem contrações, e termos	Linguagem formal, termos técnicos da área jurídica,

	<p>técnicos da área jurídica, bem como metáforas.</p> <p>Palavras (por exemplo, verbos, como ser e estar) usadas a fim de informar.</p> <p>Palavras pronominais na primeira pessoa se referindo ao emissor/autor ‘I’ e na segunda pessoa do singular ‘you’ em referência ao receptor.</p> <p>Nomes institucionais de periódicos, sites, nomes próprios e organizações.</p> <p>Elementos dêiticos especiais e de tempo como <i>here, now</i>.</p>	<p>tradução de metáforas.</p> <p>Palavras pronominais na segunda pessoa se referem ao receptor, como ‘você’.</p>
Sintaxe	<p>Orações principais e subordinadas. Orações coordenativas. Emprego de primeira pessoa, voz passiva e voz ativa. Uso do imperativo em certo momento por se tratar de um texto injutivo.</p> <p>Perguntas na ordem direta.</p> <p>Tempo verbal presente, uso de verbos modais. Conexão das orações por advérbios, conectores. Ordem direta em partes: sujeito, verbo, complemento, e até, advérbio. Em outros trechos, ordem como: advérbio + vírgula + sujeito + verbo + complemento. Advérbio em diversas posições: inicial, meio (sujeito + advérbio + verbo) e fim.</p> <p>Enumerações ordinais na seções.</p>	<p>Orações principais e subordinadas. Orações coordenativas. Emprego de primeira pessoa e terceira pessoa, voz passiva e voz ativa. Uso do imperativo em certo momento.</p> <p>Perguntas.</p>
Características suprasegmentais	Uso de aspas, parênteses, travessões.	Uso de aspas, parênteses e travessões
Efeito do texto	Explicar as possibilidades de como fazer pesquisa em direito internacional a partir da visão do autor.	Explicar as possibilidades de como fazer pesquisa em direito internacional a partir da visão do autor e notas de rodapé com explicações à parte de

		elementos não presentes na cultura do TF.
--	--	---

Fonte: autoria própria

### 3.4 Justificativas das escolhas tradutórias

São apresentados a seguir trechos da tradução a fim de serem explicados pelo *skopos* do projeto de tradução. Assim, considera-se a função que o *skopos* quer que o TA tenha. Desse modo, busca-se justificar partes do TA.

Antes de mais nada, a análise textual em tradução de Christiane evidencia a importância do receptor (2016). Por consequência, o fator extratextual receptor é o ponto central da análise. As escolhas giram ao redor do receptor e a sua expectativa, como compreensão do TA. O público do TA é o estudante brasileiro de direito. Tendo isso em vista, as escolhas posteriores levaram em consideração se eles têm conhecimentos da área de direito internacional, como periódicos, blogs, e assim por diante. O TF foi escrito em inglês, direcionado para estudantes do autor e estudantes que possam ter interesse. Vale salientar que o TA está inserido no contexto brasileiro que pode envolver estudantes de direito que não falam inglês, ou que falam o básico e tenham interesse na área de pesquisa jurídica internacional. Apesar de ter parte desse público em mente, em alguns momentos não é possível realizar a tradução de nomes de periódicos renomados internacionalmente porque eles não possuem uma tradução consagrada.

Considerando tudo isso, pensa-se como pode ser a compreensão do receptor. As suas possíveis dúvidas por não conhecer parte do texto, como autores, livros, artigos, periódicos, são aspectos que fazem a produção do TA se atentar para partes específicas que se referem a CF e como isso pode ser passado por meio do TA. Por parte do autor, a sua opinião norteia o TF, já a tradução funcionalista considerou a opinião do autor de como realizar pesquisa em direito internacional e a reação do receptor frente o TA, uma vez que é uma tradução-instrumento e dentre as formas de tradução-instrumento, ser equifuncional, que é ter função igual ou similar do TF.

Ainda que o TF e o TA tenham o mesmo objetivos que é de auxiliar estudantes de direito que tem interesse, é óbvio que devido as diferenças culturais, algumas mudanças foram necessário, como a tradução de metáforas por outras, sendo equivalentes de efeito no receptor-alvo.

Além de tudo já exposto, a percepção e conhecimento do que é pesquisa jurídica em direito internacional, no Brasil e nos Estados Unidos (país de publicação do periódico) podem ser compreendidas de forma diferente. Como país hegemônico na atualidade, segundo Samuel Pinheiro Guimarães (2021), o seu posicionamento na esfera internacional é gerador de muita repercussão em outros países. Desse modo, por trás da leitura, objetiva-se que o receptor tenha conhecimento da área de pesquisa como um material entre mil que podem auxiliá-lo.

Atentando-se a ao exposto acima, as escolhas, baseada no skopos, no projeto de tradução são justificadas ao considerar os fatores de análise de Nord. Para isso, trechos específicos foram selecionados para exemplificar partes do TA.

Em primeiro lugar, foi complicado chegar a uma tradução de *rabbit-hole* que significa uma situação complicada ou estado difícil como se fosse um buraco em que uma pessoa cai ou desce (MERRIAM-WEBSTER, 2021). Após pesquisas na CA, não se traduziu por “fundo do poço”, pois não tem o mesmo sentido além de respeitar a formalidade que está no Projeto de Tradução. Caso optasse por traduzir dessa maneira, seria evidente a escolha de mostrar a visibilidade do tradutor e o seu conhecimento de mundo na CA, porém não seria um texto esperado, quanto a formalidade, pelo receptor. Acrescenta-se ainda que o autor diz claramente a sua intenção. Então, é de conhecimento do leitor que irá ler sobre a opinião de um pesquisador estrangeiro, pois no periódico, o seu nome está abaixo do título tanto no TF quanto na tradução funcionalista, conforme o periódico escolhido, publica.

9	In this brief guide for students taking their first steps in legal research in international law, I will try to lay down the basics—just enough to nudge you towards the rabbit-hole of research.	Neste breve guia para estudantes que estão começando na área de pesquisa jurídica em direito internacional, tentarei estabelecer o básico - apenas o suficiente para guia-lo na pesquisa.
---	---	---

No segmento 24, optou-se por colocar diga-se de passagem, pois a palavra passagem está no campo semântico de navegar nesses mares. Aliás, é uma metáfora, a qual a estratégia foi diferente da exposta acima. Nesse caso, o objetivo aqui foi trabalhar palavras que usualmente estão juntas.



24	This guide attempts to give you the initial tools to navigate this terrain, but rest assured that it is also difficult for experienced researchers.	Aqui tento fornecer as ferramentas iniciais para navegar nesses mares, mas, diga-se de passagem, também é difícil para pesquisadores experientes.
----	---	---

Ao traduzir tal segmento por “cuidado” representa a mesma função que o trecho do TF tem no TA: deseja-se que o leitor(a) tenha cuidado com o que será dito.

31	A caveat is in order.	Cuidado.
----	-----------------------	----------

Nota-se impessoalização nos trechos do segmentos 54 e 87 do TA a seguir. Isso ocorre por se tratar de um texto-injuntivo e por ser um ponto de *skopos*: o fator intratextual léxico, considerando-se assim, a linguagem formal. Assim, formalizar O TA, dentro do possível, foi um dos objetivos, porque o TF usa bastante pronomes da segunda pessoa do plural *We* e, as vezes, a primeira pessoa do singular *I*.

54	But for our sake, we keep it simple, and as a starting point for research, it is better to think about research questions in these terms.	Mas, no momento, é melhor ficar com o básico. Como ponto de partida para a pesquisa, é melhor pensar sobre as perguntas de pesquisa nessas condições.
----	---	---

87	In other words, we need a theory on what is considered “good,” in light of which we can present an argument about what the law should be.	Em outras palavras, é necessária uma teoria sobre o que é considerado “bom” à luz da qual nós podemos apresentar um argumento sobre o que o direito deve ser.
----	---	---

No segmento 90, *returning to Blum’s article* virou “de volta ao artigo de Blum”, pois se desejou formalidade. Além disso, não se substituiu nomes de autores e livros, pois estaria mudando o conteúdo do autor. Desse modo, manteve-se o nome. O receptor pode esperar ter palavras da cultura inglesa, por exemplo, já que se trata de um guia de pesquisa escrito por escritor americano (pressuposição).

90	Returning to Blum’s article as an example, she uses insights from ethics to	De volta ao artigo de Blum como exemplo, ela usa noções da ética para consolidar seu
----	---	--

	consolidate her point.	argumento.
--	------------------------	------------

Por se tratar de um artigo que segue as regras normativas do *The Bluebook*, as referências estão nas notas de rodapé. No trecho do TF, não é citado qual é o exemplo mais conhecido, já no TA, colocou-se o autor da obra, que foi citado na referência do TF, internamente no texto.

108	The best known example for such way of thinking, of course, is law and economics. Another family of instrumental normative theories can be roughly described as policy approaches to international law.	O exemplo mais conhecido dessa forma de pensamento é a análise econômica do direito de Jeffrey L. Dunoff e Joel P. Trachtman, <i>Economic Analysis of International Law</i> .. Outra família de teorias normativas instrumentais pode ser descrita a grosso modo como abordagens políticas do direito internacional.
-----	---	--

No segmento 292, o autor usa a palavra *dialectics* no sentido de diálogo, conversa. No TA, optou-se por usar o verbo conversar, pois as fontes interagem entre si, ou seja, conversam.

292	Of course, there are dialectics between primary and secondary sources.	Claro que as fontes primárias e secundárias conversam entre si.
-----	--	---

O principal objetivo ao realizar a tradução foi que esta fosse funcional para os leitores-alvos. Por se tratar de uma tradução de guia de como fazer pesquisa em direito internacional, de certa forma, os leitores já podem esperar palavras em outras línguas. Então, em determinada ocasião, traduziu nomes de organizações/instituições por se tratar de tradução conhecidas, enquanto que, em outros casos, não se traduziu por não ter tradução consagrada.

No segmento 378, *International Court of Justice* (“ICJ”) foi traduzido como Corte Internacional de Justiça (CIJ) porque é uma tradução consagrada. Assim, a tradução foi feita como se pode ver no segmento a seguir.

378	The sources for doctrinal research questions would generally follow material that would be relevant for the study of the legal sources of international law, namely those found in Article 38(1) of the Statute of the International Court of Justice (“ICJ”): 1) treaties, 2) state practice and opinio juris (as elements of customary law), 3) general principles of law, and 4) as subsidiary means, judicial decisions and scholarly work.	As fontes para perguntas de pesquisa doutrinária geralmente seguiriam material que seria relevante para o estudo das fontes jurídicas do direito internacional, a saber, aqueles encontrados no Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ): 1) tratados, 2) prática estatal e opinio juris (como elementos do direito consuetudinário), 3) princípios gerais do direito e 4) fontes auxiliares, decisões judiciais e trabalho acadêmico.
-----	---	---

No segmento 405, manteve-se *International Legal Materials (ILM)*, pois não tem uma tradução consagrada.

405	For example, International Legal Materials (“ILM”) is a publication of the American Society of International Law that periodically selects important primary sources, with expert commentary.	Por exemplo, International Legal Materials (ILM) é uma publicação da Sociedade Americana de Direito Internacional que seleciona com frequência fontes primárias com comentários de especialistas.
-----	---	---

Traduziu-se *travaux préparatoires* por trabalhos preparatórios por ser termo conhecido por estudantes de Direito, uma vez que direito internacional é estudado em algum semestre durante o curso de graduação. Logo, o receptor pode ter conhecimento de tal termo. Dessa forma, foi pensado como o receptor-alvo poderia entender, e como foi de forma positiva, traduziu-se.

424	For the purpose of your research, you might want to look at the travaux préparatoires—which include the official negotiation records of the treaty, its drafting history, and other preparatory documents.	Para o propósito de sua pesquisa, você pode querer dar uma olhada nos trabalhos preparatórios - que incluem os registros oficiais das negociações do tratado, sua história de redação e outros documentos preparatórios.
-----	--	--

Em cada escolha, respeitando o projeto de tradução, o tradutor evidencia a sua presença. Ao lidar com metáforas, o ato de escolher uma metáfora equivalente efeito da CA, faz com que o receptor note esse movimento, pois o autor é americano, e ele claramente não escreveu em português.

Além de tudo isso, como foi exposto no Projeto de Tradução, escolheu-se a Revista de Direito Internacional para apresentar a tradução na CA com base em suas normas técnicas. Ao escolher a revista de direito internacional na CA, a meta é de colocar em prática as traduções das metáforas, pressuposições e as notas de rodapé em si. Ao fazer isso, quebra-se a fluência que Venuti diz que é responsável pela invisibilidade do tradutor.

### **3.5 Revista de Direito Internacional**

O periódico escolhido para ser usado como modelo foi a Revista de Direito Internacional que é da Universidade Uniceub. Entre os periódicos de direito com avaliação A1 pela Capes, a Revista foi escolhida por ser a única que aceita publicações de diversos assuntos da área de direito internacional. Além disto, a revista publica semestralmente e é do Programa de Mestrado e Doutorado do Centro Universitário de Brasília. Para submeter o artigo, são necessárias seguir diversas regras na introdução, desenvolvimento, conclusão e na estrutura do artigo. Por conta disso, o resumo foi escrito pela produtora e tradutora do texto, pois o TF está dividido em introdução, desenvolvimento e conclusão, e é uma exigência da revista o título em português e em inglês, o resumo, palavras chaves, *abstract*, *keywords* nessa ordem.

É fundamental evidenciar que na tradução de acordo com a Revista de Direito Internacional, as notas de rodapé foram responsáveis por explicar e sugerir leituras que são citadas pelo autor, além de terem referências, pois a revista adota o sistema numérico, não o de autor-data. No caso da tradução espelhada, não há referências igual no TA de acordo com o periódico, pois o objetivo da tradução espelhada é facilitar somente a leitura do TA, não sendo necessária a referência.

O interessante do periódico é que o autor faz comentários e cita a obra que fez referência na nota de rodapé, e no final do artigo, o comentário continua nas referências. Ainda que isso ocorra (as referências nas notas de rodapé e as referências completas no final do artigo), é perceptível as escolhas tradutórias e as diferenças entre os sistemas de escritas das línguas envolvidas no processo tradutório. Os comentários, por parte da

tradutora e produtora do texto, têm o propósito de relacionar o TF com CA (por exemplo, a sugestão de blogs brasileiros), pensando no receptor, e/ou explicar como funciona certos periódicos (por exemplo, *Cambridge Law Reports*).

Baseando-se na última publicação da revista que foi no segundo semestre de 2020 em dezembro, buscou-se seguir as normas da Revista. A referência é mencionada na nota de rodapé e as referências completas são feitas no final do trabalho. As referências bibliográficas estão situadas no final do artigo, além disso, pode-se fazer uso das notas de rodapé para explicações e sugestões de leituras por parte do autor. No TF, ao sugerir leituras, o autor usou o verbo *see*. No TA, primeiro, fez a referência e, então, apontou que era sugestão de leitura. Tendo isso em vista, constam-se notas de rodapé explicativas e as referências completas, segundo o sistema numérico, no final.

Ademais, as quatro páginas iniciais da tradução de acordo com as normas do periódico estão no final do trabalho, não sendo possível a disponibilidade total de toda a tradução em razão de direitos autorais.

A fim de exemplificar as notas de rodapé, observe como elas ficam de acordo com as normas da Revista de Direito Internacional (2021), a seguir. O número da nota de rodapé está na frente da referência.

Decisões judiciais e legislação

JURISDIÇÃO. Título (nº da lei e data). Colocar referência original e, se possível, o link.

26 - Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Art. 38 (1-d). Disponível em: [http://www.faap.br/responsabilidadesocial/pdf/carta\\_onu.pdf](http://www.faap.br/responsabilidadesocial/pdf/carta_onu.pdf)[https://legal.un.org/avl/pdf/ha/sicj/icj\\_statute\\_e.pdf](https://legal.un.org/avl/pdf/ha/sicj/icj_statute_e.pdf)

Documento em formato eletrônico

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (se houver), ano. Disponível em: . Acesso em: dia mês abreviado ano.

3 - HELLER, Kevin Jon. **Customary International Law Symposium: The Stubborn Tenacity of Secondary Rules**, 2020. Disponível em: <http://opiniojuris.org/2020/07/07/customary-international-law-symposium-the-primary-rules-of-cil-are-not-coming-to-save-us/>

5 - COHEN, Harlan Grant Cohen, **Are We (Americans) All International Legal Realists Now? Concepts of International Law in Europe and the United State**, 2017. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3025616](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3025616)

7 - BENVENISTI, Eya. LUSTIG, Doreen Lustig. **Monopolizing War: Codifying the Laws of War to Reassert Governmental Authority**, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/ejil/article-abstract/31/1/127/5882077?redirectedFrom=fulltext>

19 - KOSKENNIEMI, Martti. **The Politics of International Law. European Journal of International Law**, 1999. Disponível em: <http://www.ejil.org/pdfs/20/1/1785.pdf>

23 - AOLÁIN, Fionnuala Ní. **The Gender of Occupation**. 16 de jul. 2020. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3633511](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3633511)

27 - URIBURU, Justina. **Between Elitist Conversations and Local Clusters: How Should we Address English-centrism in International Law?** 2020. Disponível em: <http://opiniojuris.org/2020/11/02/between-elitist-conversations-and-local-clusters-how-should-we-address-english-centrism-in-international-law/> Sugestão de leitura.

31 - GOLDENFEIN, Jake. BENTHAL, Sebastian. GRIFFIN, Daniel. TOCH, Eran. **Private Companies and Scholarly Infrastructure — Google Scholar and Academic Autonomy**. 2019. Disponível em: [https://4d2dc2fd-9bda-4a98-b8fd-04424227739d.filesusr.com/ugd/36ef64\\_3ff5916c523c492e87028830d7ed8803.pdf](https://4d2dc2fd-9bda-4a98-b8fd-04424227739d.filesusr.com/ugd/36ef64_3ff5916c523c492e87028830d7ed8803.pdf)

33- HAKIMI, MONICA. **Making Sense of Customary International Law**, 2020. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6084&context=mlr>  
Sugere-se a comparação dos dois.

35-**International Legal Material**. 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-legal-materials>

41- GRIMAL, Francis. **Twitter and the jus ad bellum: threats of force and other implications**. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/20531702.2019.1690269>

Artigo de revista

SOBRENOME, Nome. Título (do artigo). Título (da revista em negrito), local, volume, número, páginas (do artigo), mês abreviado ano.

4 - RUYS, Tom. FERRO, Luca Ferro. **Weathering the Storm: Legality and Legal Implications of the Saudi-Led Military Intervention in Yemen. International and Comparative Law Quarterly**, v.61, 2016.

- 14 - FRANCK, Thomas M. **Legitimacy in the International System**. Cambridge University press, v. 82, n. 4, out. 1988.
- 15 - DUNOFF, Jeffrey L. TRACHTMAN, Joel P. **Economic Analysis of International Law**. *Yale Journal of International Law*, v.24, 1999.
- 16 - REISMAN, W. Michael. **The View from the New Haven School of International Law**. *American Society of International Law*, v.86, p.118-125, 1992.
- 18 - KOSKENNIEMI, Martti. **What Is Critical Research in International Law? Celebrating Structuralism**. *Leiden Journal of International Law*, v.29, 2016.
- 20 - GROSS, Aeyal M. **Human Proportions: Are Human Rights the Emperor's New Clothes of the International Law of Occupation?** *European Journal of International Law*, v.18, 1ª edição, Fev. 2007.
- 21 - ANGHIE, Antony. **Francisco de Vitoria and the Colonial Origins of International Law**. *Social and Legal Studies*. Londres, v. 5, n. 3, p. 321-336, 1996. Sugestão de leitura: PAHUJA, Sundhya. **The postcolonialist of International Law**. *Harvard Journal of International Law*, v.46, 2005.
- 24 - RATNER, Steven R. SLAUGHTER, Anne-Marie. **Appraising the Methods of International Law: A Prospectus for Readers**. *American Journal of International Law*, v.93, 1999.
- 28 - BANKS, William C. CRIDDLE, Evan J. **Customary Constraints on the Use of Force: Article 51 with an American Accent**. *Leiden Journal of International Law*. v.29, 2016. Veja a nota de rodapé 15. Sugestão de leitura.
- 29 - LUBAN, David. **Military Necessity and the Cultures of Military Law**. *Leiden Journal of International Law*. 2013. Veja também: BENVENISTI, Eyal. **The Legal Battle to Define the Law on Transnational Asymmetric**. *Duke Journal of Comparative & International Law*. v.20, p.339-349, 2010.
- 32 - ABBOTT, Kenneth W. SNILDA, Duncan. **Hard and Soft Law in International Governance**. *International Organization*. v.54, 2000. Sugestão de leitura.
- 39 - KOH, Harold Hongju. **Is there a “New” New Haven School of International Law?** *Yale Journal of International Law*. 2007.
- 40 - BASSIOUNI, M. Cherif. **A Functional Approach to “General Principles of International Law”**. *Michigan Journal of International Law*. 1990.

Parte de livro

SOBRENOME, Nome (autor do capítulo). Título (do capítulo). In: SOBRENOME, Nome (autor do livro) (pode ser organizador, compilador, etc.). Título (do livro). Edição (se houver). Local: editora, ano. Páginas (do capítulo)

9 - SHAPIRO, SCOTT J. **LEGALITY**, 2011, p.47–49.

11 - VATTEL, Emmerich de. **THE LAW OF NATIONS**, editado por Béla Kapossy e Richard Whatmore. Liberty Fund, cap. IV, §§38–39. Sugere-se a leitura.

Livro

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: editora, ano.

6 - ROBERTS, Anthea. **IS INTERNATIONAL LAW INTERNATIONAL?** 2017.

10 - BIANCHI, Andrea. **INTERNATIONAL LAW THEORIES: AN INQUIRY INTO DIFFERENT WAYS OF THINKING**. Oxford University Press, 2017.

12 - HAQUE, Adil Ahmad. **LAW AND MORALITY AT WAR**. Oxford Scholarship Online, 2017.

13 -DWORKIN, Ronald. **LAW’S EMPIRE**. 1986.

22- TZOUVALA, Ntina. Civilização em **CONCEPTS FOR INTERNATIONAL LAW: CONTRIBUTIONS TO DISCIPLINARY THOUGHT**. 2019.

30 - OPPENHEIM, Lassa. **INTERNATIONAL LAW: A TREATISE**. 1912.

Logo, buscou-se seguir as normas da Revista com as informações dos artigos, livros e periódicos que se teve acesso após pesquisa. Além das notas usadas como referências, algumas notas explicativas foram necessárias. Veja a seguir.

1 - Professor sênior da Universidade de Tel Aviv na Faculdade de Direito em Israel.

25 - Blogs brasileiros mais conhecidos que são ótimas fontes de pesquisa: SAJ ADV, JusBrasil, Conjur, Migalhas e Âmbito jurídico.

33 - Para mais informações, veja a nota de rodapé 3 de HAKIMI.

34- Veja a nota de rodapé 24 de RATNER.

36 - Veja a nota de rodapé 1 de KOSKENNIEMI.



37- Oxford Reports on International Law fornece texto completo de cada decisão, bem como comentários de profissionais e traduções para o inglês de decisões importantes em outros idiomas.

38 - Decisões de tribunais e árbitros internacionais, bem como julgamentos de tribunais nacionais estão disponíveis para interessados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou responder à pergunta de pesquisa (é possível ser um tradutor visível em uma tradução funcionalista de um texto técnico: o guia?) ao utilizar afirmações de Venuti em relação à invisibilidade/visibilidade (1995). Além disso, adotou-se o modelo de análise textual de Christiane Nord no processo tradutório. Considerando o receptor como ponto central de todas as decisões, a tradução funcionalista, com base nas normas da Revista de Direito Internacional, colocou em prática o objetivo principal: exemplificar a visibilidade do tradutor. Ao traduzir as metáforas, fazer as notas de rodapé e pressupor expectativas do receptor, executa-se as formas, as quais o tradutor toma decisões, e o expõe ao receptor.

O objetivo geral, como explanar sobre a visibilidade do tradutor em uma tradução funcionalista de texto técnico e injuntivo, foi alcançado de acordo com o Projeto de Tradução. Como objetivo específico, a produção do Projeto de Tradução conforme o modelo de Christiane Nord foi determinante, uma vez que as escolhas foram baseadas nele.

Vale ressaltar ainda que, apesar de responder à pergunta de pesquisa, acredita-se que a pesquisa sobre visibilidade do tradutor é extensa e pode ser amplamente estudada e vista em outros textos, ainda que de forma sutil. Por ser um cidadão, inserido em uma sociedade, com direitos e deveres, as suas escolhas, inevitavelmente, aparecem no processo tradutório ao optar por traduzir de certa maneira. Então, o assunto merece destaque e cada vez mais aprofundamento para que seja compreendido por mais estudantes e profissionais da área dos Estudos da Tradução.

Com base no exposto acima, é de grande relevância pesquisar sobre a visibilidade do tradutor, pois, assim, poderá saber como agir em razão do *skopos* por parte do iniciador da tradução, por exemplo. Ademais, o fornecimento da tradução para os estudantes de direito e/ou interessados tornam acessível à informação. Dessa forma, tendo alcançado o que se julgou objetivo, o tradutor se mostra visível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando. SILVA, G.E. do Nascimento. CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. Saraiva Jur, 24<sup>o</sup> edição, 2018.

ADEODATO, João Maurício. **Bases para uma metodologia da pesquisa em direito**. Disponível em: <[https://antigo.idp.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/bases\\_metodologia\\_direito\\_ADEODATO-1.pdf](https://antigo.idp.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/bases_metodologia_direito_ADEODATO-1.pdf)>. Acesso em: [s.d.]

ANTHONY, LAURENCE. **AntConc**. Software, versão Windows 3.5.8. Disponível em: <<https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>>. Acesso em: 2 de mar. De 2021.

ASENSI, Felipe Dutra. **Curso prático de argumentação jurídica**. Elsevier Editora, 2010.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Editora Hucitec, 1<sup>o</sup> edição, 1993.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues. **Manual metodológico para o Projeto de Pesquisa no Direito**. Estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPel, Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgd/files/2019/10/Manual-Projeto-de-Pesquisa-vers%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso em: [s.d.]

BLOG DO COLÉGIO MACKENZIE. **Gêneros textuais: tudo sobre o texto injuntivo**. Disponível em: <<https://blog.mackenzie.br/vestibular/materias-vestibular/generos-textuais-tudo-sobre-o-texto-injuntivo/>>. Acesso em: [s.d.]

BOBBIO, Noberto. **A Era dos Direitos**. Editora Elsevier, 7<sup>o</sup> tiragem, 2004.

BOHUNOVSKY, R. A. **(Im)possibilidade da “invisibilidade” do tradutor e da sua “fidelidade”: por um diálogo entre a teoria e a prática de tradução**. In: Caderno de tradução, n. 8, 2001.

BRITISH COUNCIL. **Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil**. 1<sup>a</sup> Edição, São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/demandas\\_de\\_aprendizagempesquisacompleta.pdf](https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/demandas_de_aprendizagempesquisacompleta.pdf)>. Acesso em: [s.d.]

CALDAS, Camilo Onoda. MERINO, Lucyla Telles. ALMEIDA, Silvio Luiz de. JUNIOR, Silvio Moreira Barbosa. **Manual de metodologia do Direito: estudo e pesquisa**. Editora Quartier Latin, 1<sup>o</sup> edição, 2010.

CARREAU, Dominique. BICHARA, Jahyr-Phillipe. **Direito internacional**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2015.

COELHO, João Fernando de Oliveira. **O formalismo jurídico, o neoconstitucionalismo e o antiformalismo dialógico – decisões judiciais e políticas públicas.** (Tese – Mestrado em Direito) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 114, 2015.

DENARDI, **A metodologia da pesquisa nos cursos de direito: uma análise crítica.** Revista da Faculdade Mineira de Direito, v.20 n.40, 91.

EDITORES DAS UNIVERSIDADES THE COLUMBIA REVIEW, THE HARVARD LAW REVIEW, THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA LAW REVIEW E YALE LAW JOURNAL. **The bluebook.** Disponível em: <<https://www.legalbluebook.com/>>. Acesso em: [s.d.]

EDITORIAL BOARD. **Submissions.** Harvard International Law journal. N.62. Disponível em: <<https://harvardilj.org/submissions/>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

FERREIRA, Luciane Corrêa; GLODNADEL, Marcos; KRAUSPENHAR, Daiana Grings. **A Tradução da metáfora: uma abordagem cognitiva.** Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. V. 5, n. 8, março de 2007. ISSN 1678-8931 [[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)].

FILHO, R.F. VERONESE, A.A. **A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas.** Revista Brasileira de Pós-Graduação. v.1, n.2, 11, .2004.

FINCATO, Denise Pires. GILLET, Sérgio Augusto da Costa. **A Pesquisa Jurídica sem Mistérios: Do Projeto de Pesquisa à Banca.** Editora Fi, 3º edição, 2018.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à pesquisa no direito.** Elsevier Editora, 2009.

GASTRON, Andrea. L. **A Estaca Zero: o projeto de tese em direito: Experiências, conceitos e exemplos. A foja cero el proyecto de tesis em derecho: Experiencias, conceptos y ejemplos.** Editora Dois de Julho, 2013.

GOLTZMAN, Elder Maia. SOUSA, Monica Teresa Costa. **O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA COMO AGENTE MATERIALIZADOR DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO.** Revista Brasileira de Direito Internacional, v.6, n.2, 2020.

GONÇALVES, Maria Beatriz Ribeiro. **Direito internacional público e privado.** Editora Juspodium, 4º edição, 2017.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. NICÁCIO, Camila Silva. **(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica: teoria e prática.** Editora Almedina, 5º edição, 2020. Disponível em: <<https://ebook.almedina.com.br/Repensando-ANEXOS.pdf>>. Acesso em: [s.d.]

HENRIQUES, Antonio. MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. Editora Atlas, 9º edição, 2017.

KÖVECSES, Z. **Metaphor in culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAKOFF, GEORGE. JOHNSON, Mark. **Metaphors We Live by**. The University of Chicago Press, 1980.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Técnicas de Investigação, Argumentação e Redação. Elsevier Editora, 2011.

LIEBLICH, Eliav. **How to do research in international law**. HARVARD INTERNATIONAL LAW JOURNAL ONLINE, 2021. Disponível em: <<https://harvardilj.org/2021/01/how-to-do-research-in-international-law-a-basic-guide-for-beginners/>>. Acesso em: 21 de fev. de 2021.

LIEBLICH, Eliav. **Transnational Asymmetric Armed Conflict under International Humanitarian Law: Key Contemporary Challenges**. 2015.

LIEBLICH, Eliav. ALTERMAN, Owen. **Transnational Asymmetric Armed Conflict under International Humanitarian Law: Key Contemporary Challenges**. 2015.

LIEBLICH, Eliav. **Twitter**. Disponível em: < <https://twitter.com/eliavl>>. Acesso em: 8 de mar. 2021.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. Editora Revista dos Tribunais, 9º edição, 2015.

MENEZES, Wagner. **Direito internacional: temas e perspectivas globais**. Revista jurídica Consulex – ano XV – nº 357. 1 Dezembro de 2011. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/210698/mod\\_resource/content/1/MENEZES%20Wagner.%20A%20import%C3%A2ncia%20no%20estudo%20do%20direito%20internacional.%20S%C3%A3o%20Paulo%20Revista%20Consulex%20ano%20XV%20n.%20357%20dez2011%20p.%2027-28pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/210698/mod_resource/content/1/MENEZES%20Wagner.%20A%20import%C3%A2ncia%20no%20estudo%20do%20direito%20internacional.%20S%C3%A3o%20Paulo%20Revista%20Consulex%20ano%20XV%20n.%20357%20dez2011%20p.%2027-28pdf)>. Acesso em: [s.d.]

MEZZARROBA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. Editora Saraiva, 5º edição, 2009.

MUNDAY, Jeremy. **Introducing Translation Studies: Theories and application**. Fourth edition, Routledge, 2016.

NEVES, Alice Santos Veloso, **Considerações sobre Métodos de Pesquisa**. Conteúdo Jurídico, 1 de mar. De 2018.

NORD, Christiane. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática**. Coleção Transtextos. Vol.1. 1ª série. 1ª edição brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **Translating as Purposeful Activity**. Routledge, 2º edição, 2018.

NUNES, Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. Editora Saraiva Jur, 12º edição.

PAIVA, Caio. HEERMAN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência internacional de direitos humanos**. Dizer o direito Editora, 1º edição, 2015.

PIOVESAN, Flavio. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. Editora Saraiva, 18º edição, 2018.

\_\_\_\_\_. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. Editora Saraiva, 5º edição, 2014.

PIUCCO, Narcelli. **Sobre a (in)visibilidade do tradutor na tradução: algumas referências teóricas e opiniões de tradutores**. Revista Trama, 2008. Disponível em: Acesso em: 5 de maio de 2021.

PIZZO, Sueli Inês. **COMO ESCREVER UM ARTIGO DE PERIÓDICO**. Revista de Ciências Médicas de Sorocaba, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/108>>. Acesso em: [s.d.]

PORTELA, Paulo Henrique Golçalves. **Direito internacional público e privado: incluindo noções de direito humano e de direito comunitário**. Editora Juspodium, 9º edição, 2017.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. FEFERBAUM, Marina. **Metodologia da pesquisa em direito – técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. Editora Saraiva, 2º edição.

QUERIDO, Alessandra Matias. **O autor, o tradutor sempre visível e o poder simbólico**. *Belas Infiéis*, v. 1, n. 2, p. 105-116, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/11206/9855>>. Acesso em: 6 de maio de 2021.

Rabbit-hole. *In* MERRIAM-WEBSTER. Dicionário de inglês. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/rabbit%20hole>>. Acesso em: [s.d.]

REISS, Katharina. Veermer, Hans J. **Towards a general theory of translational action: Skopos theory explained**. Routledge, 2014.

Revista de Direito Internacional. Ceub. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/index>>. Acesso em: [s.d.]

RFI. **Em debate: por que o brasileiro não lê romances nacionais?** Disponível em: <<https://www.rfi.fr/br/brasil/20180301-brasileiros-nao-leem-livros-brasileiros>>. Acesso em: [s.d.]

RORIZ, João Henrique Ribeiro. JÚNIOR, Alberto do Amaral. **O Direito Internacional em Movimento: Jurisprudência Internacional Comentada**. Corte Internacional de Justiça e Supremo Tribunal Federal. 1ª edição, set. de 2016.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. Editora Saraiva, 15º edição, 2015.

\_\_\_\_\_. **O direito internacional no século XXI: textos fundamentais**. Editora Saraiva, 2002.

SALOMÃO, Wiliander. **Os conflitos entre palestinos e israelenses: A trajetória dos fatos históricos e o direito internacional**. Editora D'Plácido, 2014.

SANTOS, S. M. dos; ROMANELLI, S. Sobre a (in)visibilidade do escritor-tradutor: **Em busca de Mario Quintana e Fernando Py**. *Letras & Letras*, v. 32, n. 1, p. 267-282, 21 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/32989>>. Acesso em: 31 de abr. de 2021.

SILVA, Antônio Hocayen da. **Metodologia de pesquisa: Conceitos gerais**. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/841>>. Acesso em: [s.d.]

SILVA, TARCIZIO. **Análise de texto com AntConc introdução, arquivos e configurações**. Disponível em: <<https://tarciziosilva.com.br/blog/analise-de-texto-com-antconc-introducao-arquivos-e-configuracoes/>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

SMARTCAT. Disponível em: [smartcat.com](http://smartcat.com) Acesso em 22 de fev. de 2021.

TORRE, M. Gomes da. **Acerca da tradução da metáfora**. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8428/2/2648.pdf>> Acesso em: 4 de maio de 2021.

VENUTTI, L. **The translator's invisibility**. Routledge, 1995.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. Editora Saraiva Jur, 2019.

WILLIAMS, Jenny. CHESTERMAN, Andrew. **The Map: A beginner's Guide to Doing Research in Translation Studies**. Editora St. Jerome Publishing, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **Poesia e História: caminhos que se cruzam e se bifurcam**. Muitas vozes, Ponta Grossa, v.1, n.2, p.229-236, 2012.

## **Apêndice I - Perguntas sobre a tradução respondidas no formulário do *Google Forms***

Perguntas respondidas pela monitora Marina Perin Mahmoud da Profa. Dra. Alessandra Ramos de Oliveira Harden sobre a tradução

1. O texto está escrito em vocabulário condizente com a área?

Resposta: O escopo do texto, que se volta a um público ainda incipiente na área jurídica, foi bem atendido pela didática e assertiva tradução em análise.

2. Houve dificuldade de compreensão de algum trecho no texto? Quais e em que segmentos?

Resposta: Apesar de se estar diante de cuidadoso trabalho, há algumas questões de terminologia que podem ser aprimoradas. A primeira delas diz respeito à menção a “sistemas jurídicos internos”; pensa-se que o mais adequado seria dizer “ordenamentos jurídicos internos”.

No tocante à nota de rodapé 2, reputa-se equivocada a afirmação de que “A pesquisa jurídica normativa não é um tipo de pesquisa jurídica no Brasil”. Em Direito Penal, por exemplo, é comum a menção ao campo da política criminal como forma crítica que inspira o legislador a modificar o direito posto, raciocínio “de lege ferenda”.

Ademais, o trecho em que se faz referência ao “ouro monetário na adjudicação internacional” possui eiva terminológica. Uma sugestão de aprimoramento seria a substituição por “padrão-ouro na solução de controvérsias internacionais”.

Quando da menção à obra de Oppenheim, melhor teria sido circunscrever os tratados a que se fez referência àqueles produzidos no âmbito da doutrina; do modo como escrita, a mensagem pode levar a uma confusão daquele conceito com o dos tratados internacionais. Mais à frente, na seção de pesquisas, utiliza-se a terminologia corretamente (com referências, por exemplo, à base de dados da ONU).

3. O texto está redigido de forma compatível com artigo publicado na área?

Resposta: Sim.



4. Há trechos em que uma explicação e/ou comentário em nota de rodapé seriam necessários?

Resposta: Não. O texto está didático e claro.

5. Foi necessário pesquisar alguma coisa para entender algum trecho? Se sim, o quê?

Resposta: A expressão “perguntas de pesquisa” ensejou algumas dúvidas; de início, a ideia era sugerir sua substituição. Contudo, após pesquisas mais completas, chegou-se à conclusão de que seu uso é comum no meio acadêmico.

6. Em alguns momentos, não foi possível traduzir nomes de periódicos, por exemplo, por não ter uma tradução conhecida no Brasil. Isso foi prejudicial ao entendimento do texto?

Resposta: De forma alguma, até mesmo pelo enfoque do texto, qual seja, o Direito Internacional.

**Apêndice II - Tradução funcionalista do Guia HOW TO DO RESEARCH IN INTERNATIONAL LAW? A BASIC GUIDE FOR BEGINNERS de acordo com as normas editoriais da Revista de Direito Internacional do Centro Universitário de Brasília (por questões autorais, apresenta-se parte da tradução do artigo de Eliav Lieblich)**

**COMO FAZER PESQUISA EM DIREITO INTERNACIONAL? UM GUIA PARA INICIANTES**

**HOW TO DO RESEARCH IN INTERNATIONAL LAW? A GUIDE FOR BEGINNERS**

Eliav Lieblich<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este guia tem como objetivo auxiliar estudantes brasileiros de direito e/ou qualquer estudante que tenham interesse na área de pesquisa em direito internacional. Sendo assim, o guia é estruturado para ser prático e de fácil compreensão. O texto expõe fontes primárias e secundárias e o que são, além de fazer sugestão de sites jurídicos, leituras de periódicos. Afim de propor como realizar pesquisa em direito internacional, o artigo começa discorrendo sobre do que se precisa para começar: uma pergunta de pesquisa. A partir disso, os três tipos de pesquisa: descritiva, normativa e crítica são apresentadas. Cada tipo de pergunta de pesquisa é explicada. Após isso, discute-se a relevância das fontes primárias e secundárias, o que são e onde encontra-las. Portanto, com base no objetivo, o guia procura mostrar como se realiza uma pesquisa jurídica internacional.

**Palavras-chave:** direito internacional, pesquisa em direito internacional.

**ABSTRACT:** This guide aims to help Brazilian law students and/or any student who are interested in the area of research in international law. Therefore, the guide is structured to be practical and comprehensible. The text exposes primary and secondary sources and what they are, in addition to suggesting legal websites and journal readings. In order to propose how to do research in international law, the article begins by

---

<sup>2</sup> Professor sênior da Universidade de Tel Aviv na Faculdade de Direito em Israel.

discussing what is necessary to start: a research question. Then, the three types of research: descriptive, normative and critical are presented. Each type of research question is explained. After that, the importance of primary and secondary sources is discussed, what they are and where to find them. Thus, based on the aim, guide, this guide seeks to show how to do an international legal research.

**Keywords:** international law, research in international law.

## INTRODUÇÃO

Então, você quer fazer pesquisa em direito internacional? Boa escolha. Mas pode ser difícil, especialmente no início. Neste breve guia para estudantes que estão começando na área de pesquisa jurídica em direito internacional, tentarei estabelecer o básico - apenas o suficiente para guiá-lo na pesquisa. Este guia se ocupa de como pensar e enquadrar perguntas de pesquisa, fontes primárias e secundárias em pesquisa em direito internacional. Ou, para ser preciso, trata-se de como eu penso sobre essas coisas. Não tem a ver com a escrita no sentido técnico, nem com a estruturação do seu artigo, nem com métodos de pesquisa que podem ser usados (além de alguns comentários básicos). Este guia também foca sobretudo em perguntas que são pertinentes quando se pesquisa na área de direito internacional. Por esse motivo, não é o objetivo abordar perguntas gerais sobre que fontes bibliográficas citar e como citá-las, que recursos acadêmicos são relevantes e assim por diante.

Quando você começa a pesquisar na área de direito internacional, descobrirá que há muita semelhança com a pesquisa em direito interno, embora sejam campos diferentes. A pesquisa em direito internacional e direito interno se assemelham no que diz respeito aos seus requisitos mais básicos: é preciso 1) ter uma pergunta de pesquisa, 2) entender o problema que está apontando (tanto em termos de doutrina jurídica quanto de sua teoria subjacente), 3) utilizar um método para responder a sua pergunta e 4) contar com fontes primárias e secundárias. A pesquisa em direito internacional é diferente porque o direito internacional, em sua busca por universalidade, é praticado em todos os lugares. Não existe um direito internacional "único", e, por esse motivo, é uma área do direito em que há muita discussão. Além disso, o direito internacional não é hierárquico, ao contrário da maioria dos ordenamentos jurídicos internos, e, muitas vezes, diversos regimes jurídicos podem se aplicar a uma única questão

(“fragmentação<sup>3</sup>”). Ademais, as fontes do direito internacional incluem o direito consuetudinário, que é notoriamente difícil de identificar<sup>4</sup>. Isso complica bastante as tentativas de descrever o direito como um objeto de pesquisa. Aqui tento fornecer as ferramentas iniciais para navegar nesses mares, mas, diga-se de passagem, que também é difícil para pesquisadores experientes.

Este guia é estruturado da seguinte forma. A seção dois trata de perguntas de pesquisa. Apresenta primeiro uma tipologia simplificada de perguntas de pesquisa, incluindo algumas explicações sobre teoria e método, e então, sugere algumas reflexões sobre como pensar e formular sua pergunta. A seção três trata de fontes primárias e secundárias em pesquisa em direito internacional. Inclui também algumas recomendações sobre a maneira de abordar o estudo acadêmico em um mundo de hegemonia e com excesso de informações. Em seguida, o guia se torna um pouco mais técnico ao oferecer dicas sobre como encontrar fontes primárias relevantes.

Cuidado. Este guia não tem a intenção de oferecer a introdução teoricamente mais robusta ou abrangente à pesquisa jurídica internacional. Na verdade, o guia deve ser visto como uma recomendação prática para ajudar os estudantes que estão começando no campo. O guia, é claro, reflete o meu próprio entendimento, sendo possível que outros pesquisadores abordem esses assuntos de maneira diferente.

## **PERGUNTAS DE PESQUISA**

### **Tipos de pergunta de pesquisa: descritiva, normativa e crítica**

Encontrar uma pergunta de pesquisa é uma das partes mais importantes e desafiadoras de sua pesquisa. Toda pesquisa tem uma pergunta em sua base, que se procura responder no trabalho. Em todos os campos do conhecimento jurídico, existem basicamente três famílias de perguntas de pesquisa: 1) perguntas de pesquisa descritivas, 2) perguntas de pesquisa normativas e 3) perguntas de pesquisa críticas. Em termos muito gerais, as perguntas descritivas buscam respostas que nos informam alguma coisa sobre o mundo jurídico como ele é. As perguntas normativas perguntam

---

<sup>3</sup> KOSKENNIEMI, Martti. LEINO, Päivi. Fragmentation of International Law? Postmodern Anxieties, *Leiden Journal of International Law*, v.15 p.553 - 579, 2002.

<sup>4</sup> HAKIMI, MONICA. *Making Sense of Customary International Law*, 2020. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6084&context=mlr> e HELLER, Kevin Jon. *Customary International Law Symposium: The Stubborn Tenacity of Secondary Rules*, 2020. Disponível em: <http://opiniojuris.org/2020/07/07/customary-international-law-symposium-the-primary-rules-of-cil-are-not-coming-to-save-us/> Sugere-se a comparação dos dois.

qual deveria ser o estado das coisas em relação ao direito. As perguntas críticas procuram expor as relações entre o direito e o poder, e como explicarei mais tarde, estão um tanto no meio entre perguntas descritivas e normativas. Na verdade, os três tipos de perguntas interagem bastante. Mas, para o nosso bem, é melhor ficar com o básico. Como ponto de partida para a pesquisa, é melhor pensar sobre as perguntas de pesquisa nessas condições. Pensar claramente sobre a pergunta de pesquisa vai ajudá-lo a formular seu trabalho, estruturar seu artigo e procurar por fontes relevantes.

As perguntas de pesquisa descritivas são perguntas sobre o estado das coisas como elas são. Grande parte dos estudos jurídicos internacionais tradicionais são descritivos no sentido de que procuram descrever "o direito" como ele é, seja em abstrato (por exemplo, "qual é o conteúdo do princípio do padrão-ouro na solução de controvérsias internacionais?") ou em relação a uma situação específica. Por exemplo, em seu excelente artigo sobre Iêmen, Tom Ruys e Luca Ferro examinam a intervenção liderada pelos sauditas na Guerra Civil do Iêmen e perguntam se essa intervenção é legítima<sup>5</sup>. Do ponto de vista teórico, esse tipo de pesquisa pode ser amplamente descrito como positivista no sentido de que busca apenas as fontes juridicamente relevantes (*lex data*), ou fontes autônomas de conhecimento. Nós podemos chamar tais perguntas de perguntas de pesquisa doutrinárias descritivas já que elas procuram analisar e descrever a doutrina de um ponto de vista interno. É claro que alguns duvidam se é possível descrever com autoridade o que o "direito" é, além de declarações muito básicas, sem fazer nenhum julgamento normativo sobre o que "o direito" deve ser. Pode-se mesmo dizer que a mera decisão de discutir o direito como uma esfera autônoma é uma escolha baseada em valores. Essas e outras críticas foram levantadas contra estudos doutrinários por mais de um século por adeptos de abordagens jurídicas realistas e críticas, tanto em nível interno quanto em esfera internacional<sup>6</sup>. Isso resultou na marginalização gradual de tais perguntas de pesquisa, ao menos nos Estados Unidos. Ainda assim, a partir de uma perspectiva global, a pesquisa doutrinária em direito internacional continua sendo uma linha de pesquisa importante.

---

<sup>5</sup> RUYS, Tom. FERRO, Luca Ferro. Weathering the Storm: Legality and Legal Implications of the Saudi-Led Military Intervention in Yemen. **International and Comparative Law Quarterly**, v.61, 2016.

<sup>6</sup> COHEN, Felix S. **Transcendental Nonsense and the Functional Approach**. **COLUMBIA LAW REVIEW**. 1935.